



FAJS – Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais

RAQUEL RODRIGUES PEREIRA

**A Institucionalização do Direito Humano à Água e Saneamento
no Âmbito da Organização das Nações Unidas:
uma análise histórica.**

Brasília

2009

RAQUEL RODRIGUES PEREIRA

**A Institucionalização do Direito Humano à Água e Saneamento
no Âmbito da Organização das Nações Unidas:
uma análise histórica.**

*Monografia apresentada como requisito
para conclusão do curso de bacharelado
em Relações Internacionais do Centro
Universitário de Brasília – UniCEUB
Orientador: Renato Zerbini Ribeiro Leão*

Brasília

2009

RAQUEL RODRIGUES PEREIRA

**A Institucionalização do Direito Humano à Água e Saneamento
no âmbito da Organização das Nações Unidas:
uma análise histórica.**

Brasília, 16 de junho de 2009

Banca Examinadora:

**Brasília
2009**

“Millions have lived without love. Not one without water.”

Anônimo

“Há o suficiente no mundo para todas as necessidades humanas; não há o suficiente para a cobiça humana.”

Ghandi

“O primeiro passo para a solução de qualquer problema é admitir sua existência.”

Sabedoria popular

Aos que dão o primeiro passo, e aos que continuam caminhando.

*Agradeço à minha amada mãe e ao Thiago;
Ao meu orientador Renato Zerbini Ribeiro Leão;
Ao André, ao Fabrício e ao Sérgio;
Aos meus queridos amigos e professores;
E a todos aqueles que, de maneira direta ou indireta,
contribuíram para a realização deste trabalho.*

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	01
 1. ÁGUA: HISTÓRIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS	
1.1 Da importância histórica da água.....	03
1.2 Proteção internacional do meio ambiente.....	13
1.3 Proteção Internacional dos Direitos Humanos e o direito à água.....	17
 2. DA RECONSTRUÇÃO SOCIAL DO DIREITO HUMANO À ÁGUA	
2.1 Movimentos sociais em defesa do direito à água	
2.1.1 Cochabamba.....	20
2.1.2 Council of Canadians.....	22
2.2 World Water Council.....	26
2.2.1 Marrocos – 1997.....	29
2.2.2 Países Baixos – 2000.....	30
2.2.3 Japão – 2003.....	31
2.2.4 México 2006	32
2.2.5 Turquia – 2009	34
2.3 Posicionamento dos Estados individualmente.....	38
 3. DA CONSOLIDAÇÃO DO DIREITO HUMANO À ÁGUA NO ÂMBITO DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS.....	
3.1 O direito à água – O que deve ser?.....	42
3.2 O debate sobre a existência do direito humano à água e saneamento na ONU	49
 CONCLUSÃO	54
REFERÊNCIAS.....	57

LISTA DE SIGLAS

a.C - Antes de Cristo

ONU – Organização das Nações Unidas

CDH – Conselho de Direitos Humanos

SEMAPA - Servicio Municipal de Agua Potable y Alcantarillado

WWC - World Water Council

ODM – Objetivos de Desenvolvimento do Milênio

ONGs – Organizações Não Governamentais

DESC - Direitos Econômicos Sociais e Culturais

DCP – Direitos Cíveis e Políticos

DUDH - Declaração Universal dos Direitos Humanos

PIDESC - Pacto Internacional em Direitos Econômicos Sociais e Culturais

PIDCP - Pacto Internacional em Direitos Cíveis e Político

RESUMO

De todos os temas contemporâneos que dominam o cenário internacional, um vem se destacando por sua importância vital: o direito humano à água. Conflitos entre sociedade civil, empresas privadas e governos a respeito da inalienabilidade desse direito vêm se intensificando. Em muitos países, tanto desenvolvidos como em desenvolvimento, há dificuldades em garantir esse direito que muitos reconhecem como primordial para a garantia de todos os outros direitos humanos. A mobilização de atores dessas três esferas nos últimos 20 anos em torno do debate acerca da legitimidade e implicações do direito humano à água e saneamento, inclusive no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU), comprovam a urgência do estabelecimento de regras claras a respeito dos direitos e deveres de cada parte envolvida.

Palavras-chave: Direitos humanos, direito humano à água, direito à água.

ABSTRACT

Of all the contemporary themes dominating the international scenery, the human right to water and sanitation has proved to be the more essential one. Conflicts between the civil society, private companies and governments about the inalienability of this right are intensifying. In many countries, developed and developing alike, there is trouble in guaranteeing this right many recognize as essential for the guaranteeing of all the other human rights. The mobilization of actors from these three levels in the last twenty years around the debate about the legitimacy and the implications of the human right to water and sanitation, even within the United Nations (UN) system, demonstrates the urgency of the establishment of clear rules regarding the rights and duties of each involved part.

Keywords: Human rights, human right to water, right to water.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem por objeto o processo de institucionalização do direito humano à água e saneamento, doravante referido também como direito humano à água ou direito à água, a nível internacional e, principalmente, no âmbito da Organização das Nações Unidas, de forma a melhor compreender a importância da culminação desse processo na produção de um documento internacional de teor normativo sobre o tema.

Por direito à água compreenda-se o direito de acesso à água em quantidade e de qualidade suficientes para atividades fundamentais para uma vida digna¹. Por institucionalização entenda-se o reconhecimento formal da existência de tal direito por meio dos instrumentos tradicionais de direito internacional (tratados e equivalentes).

Considera-se de extrema importância a abordagem do direito humano à água e saneamento pela reduzida produção científica acerca da matéria, principalmente referente aos resultados da recente sequência de *World Water Fora* e ao crescimento dos movimentos sociais organizados em prol da reivindicação do reconhecimento governamental desse direito, tanto nacional como internacionalmente.

Examinar-se-á, inicialmente, o direito à água sob uma perspectiva histórica, buscando compreender como se gerenciou este recurso em várias partes do mundo e em momentos históricos distintos, e se há pontos e/ou valores subjacentes comuns aos métodos empregados.

Seguiremos então a uma breve abordagem da normatização positiva a nível internacional de tópicos relacionados a esse gerenciamento, bem como sua evolução até os dias de hoje. O estudo dessa evolução será acompanhado pela observação do desenrolar de dois movimentos sociais icônicos: o caso da privatização dos serviços de abastecimento de água de Cochabamba, Bolívia; e a ampliação das atividades do *Council of Canadians*, organização não governamental canadense, devido a tensões que surgiram com a instalação em seu território de empresas multinacionais de venda de água. Observar-se-á também a evolução desse conflito nas edições do *World Water Forum*, o papel do *World Water Council*

¹ Nos termos do Comentário Geral nº15 do Conselho Econômico e Social. Disponível em: [http://www.unhchr.ch/tbs/doc.nsf/0/a5458d1d1bbd713fc1256cc400389e94/\\$FILE/G0340229.pdf](http://www.unhchr.ch/tbs/doc.nsf/0/a5458d1d1bbd713fc1256cc400389e94/$FILE/G0340229.pdf) Acesso em: 17 jun. 2009.

na busca de soluções para o problema e as respostas contemporâneas dos Estados às pressões sociais em questão.

Por fim será analisado o debate no âmbito das Nações Unidas, que ocorria paralelamente aos fatos acima enumerados, suas interligações e resultados.

1. ÁGUA - HISTÓRIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

1.1 – Da importância histórica da água

Nas civilizações antigas a água era sempre tratada como um bem comum, cujo acesso seria mais ou menos controlado de acordo com sua escassez. Exemplo disso é a lei tradicional judaica, cujas raízes remontam a 3000 a.C.. Considerada um bem comum a todos da comunidade, não deveria ser negada a estrangeiros que dela necessitassem. Abordagens similares podem ser observadas em muitas outras culturas, como a hindu e a islâmica, com maior ou menor grau de refinamento das relações entre hierarquias sociais e hierarquias de acesso. Portanto, historicamente, o direito de acesso à água foi socialmente reconhecido como uma garantia fundamental inquestionável.²

Como citado anteriormente, o fato de ser um bem comum não tornava o acesso indiscriminado. Desde muito cedo se instituíram regras básicas para o compartilhamento e manutenção da qualidade das águas, assim como discriminação de uso – determinadas fontes eram usadas para beber, outras para o banho, outras para a lavagem de utensílios, etc.

Considerada um presente de Deus (ou dos deuses)³, a água não poderia pertencer a ninguém e não ser transitoriamente, de acordo com seu uso e a necessidade de sua utilização. Por ser frequentemente considerada como fonte de vida, era sagrada e inviolável – sua poluição, considerada como uma ofensa irreparável, e a não-recusa aos que solicitassem seu

² SALZMAN, James. Thirst: A Short History of Drinking Water. **Yale Journal of Law and the Humanities**, Vol. 17, No 3, p. 94-121, mar. 2006.

³ “En todo el mundo, el agua se valora como un elemento de purificación, transformación y renovación. El flujo eterno de los manantiales y los ríos es un símbolo de vida y esperanza, de curación, purificación, y conjuro de las desgracias. En las antiguas religiones naturalistas, el agua ayudaba a expulsar del cuerpo y del alma los demonios y malos espíritus que causaban la enfermedad. La inmersión en el agua, un acto que nos libera de los pecados y permite el perdón, sobrevive aún hoy, no sólo en la práctica del bautismo cristiano, sino también en las abluciones y los baños rituales presentes en todas las religiones. Los judíos ortodoxos, por ejemplo, realizan abluciones rituales en el *mikvah*; si alguien se ha vuelto impuro, o tame, quizá por haber tocado un cadáver, sólo puede volver a ser totalmente puro, o tahore, mediante la inmersión completa en el agua.” LANZ, Klaus, MÜLLER, Lars, RENTSCH, Christian, SCHWARZENBACH, René. **¿De Quién es el Agua?** - Barcelona - Editorial Gustavo Gili, 2008. p. 415.

“In India, every river is sacred. Rivers are seen as extensions and partial manifestations of divine gods. According to Rigvedic cosmology, the very possibility of life on earth is associated with the release of heavenly waters by Indra, the god of rain.” SHIVA, Vandana. **Water Wars**. - Cambridge: Southend press, 2002 p. 13.

“All over the world we see the spiritual importance of water: in France, a temple sacred to the goddess Sequana is located at the source of River Sein, and the Marne River gains its name from Matrona, Divine Mother; the ancient name of the Thames River in England is Tamesa or Tamesis, denoting a river deity.” SHIVA, Vandana. **Water Wars**. Cambridge: Southend press. 2002 p. 136.

uso, uma obrigação. Vandana Shiva enfatiza que “O direito à água como direito natural não surge com o Estado, ele evolui a partir de um determinado contexto ecológico da existência humana”, e que tal contexto seria formado pela natureza humana, condições históricas, necessidades, e/ou noções de justiça.⁴

O desenvolvimento da agricultura e o abandono do nomadismo em favor do sedentarismo exigiu o desenvolvimento de técnicas de gerenciamento que ainda hoje surpreendem pelo seu avanço técnico em relação ao período em que foram construídas e/ou elaboradas. Em muitos casos, estruturas e métodos de gerenciamento desenvolvidos em tempos antigos provaram-se mais eficientes e adequados aos usos e necessidades das populações que atendiam do que construções e técnicas mais modernas, elaboradas com menos atenção às peculiaridades do sistema hídrico em que seriam inseridas, como por exemplo as técnicas de irrigação utilizadas pela população de Nova Guiné antes da colonização britânica.⁵

No Oriente Médio, inúmeros métodos de irrigação emergiram, adaptados às condições climáticas e às particularidades da disponibilidade hídrica da região. Os fenícios, muito avançados na agricultura não-irrigada de altitude devido às características de seu território, muito montanhoso e de solo predominantemente rochoso, foram um dos primeiros povos a desenvolver técnicas de curvas de nível e terraços para aumentar a permeabilidade do solo e reduzir impactos de erosão, entre 2000 e 1000 a.C.. Essas técnicas, muito eficazes mas abandonadas por séculos, voltaram a ser utilizadas e aprimoradas por israelenses a partir da década de 1970.⁶

À mesma época, os sumérios desenvolviam os primeiros canais de irrigação às margens do Tigre e do Eufrates, rios que tinham regimes pouco previsíveis de cheia, e cujo

⁴“Water rights as natural rights do not originate with the state; they evolve out of a given ecological context of human existence.” SHIVA, Vandana. **Water Wars**. Cambridge: Southend press, 2002 p. 20.

⁵ “Um consultor agrícola europeu horrorizou-se com a notícia de que uma horta de batata-doce em um declive acentuado em uma região úmida tinha um canal de drenagem vertical que corria diretamente encosta abaixo. Ele convenceu os aldeões a corrigirem aquele terrível erro, e os fez instalar drenos que corriam horizontalmente ao longo dos contornos do terreno, de acordo com a boa prática européia. O resultado foi que a água se acumulou por trás dos drenos e, na chuvarada seguinte, um desmoronamento levou toda a plantação encosta abaixo até o rio. Justamente para evitar este resultado, muito antes da chegada dos europeus os fazendeiros da Nova Guiné aprenderam as virtudes dos drenos verticais sob as condições de chuva e de solo de terras altas.” DIAMOND, Jared M. **Colapso**. Rio de Janeiro: Record, 2005. P. 341, 342.

⁶ NACE, Raymond L. Man and Water. **Bulletin of the Atomic Scientists**. LOCAL, Vol. 28 Issue 3, p. 34-38, mar. 1972.

aproveitamento exigia investimentos e reformas constantes. No entanto, devido à formação geográfica da região da foz (o Golfo Persa represava o rio, gerando ondas de refluxo de dois a três metros de altura), logo se instalou um processo de salinização e desertificação que até hoje constitui sério desafio às populações da região.⁷

Os egípcios, por outro lado, registram alguns dos maiores e mais antigos sistemas de irrigação e mecanismos de controle de cheias, os primeiros datados de 3400 a.C.. Construíram represas, lagos artificiais, canais de irrigação, e chegaram mesmo a transpor seções inteiras do rio Nilo, em empreendimentos que sobrevivem até os dias atuais. A unificação precoce do Estado Egípcio, e a busca da segurança do abastecimento hídrico por meio do controle total do Nilo moldaram profundamente a política egípcia desde o tempo dos faraós, levando o país a criar uma relação de domínio para com os Estados a montante. Segundo Moktar e Vercoutter, os egípcios aprenderam a conhecer os ciclos do Nilo e sua inconstância. A necessidade do estabelecimento de estoques para compensar uma escassez periódica no sentido de alimentar a população e garantir sementes suficientes para a semeadura seguinte motivou a unificação dos governos do alto e baixo Nilo sob um governo central, que detendo controle sobre os estoques passou a desempenhar papel central na estabilidade socioeconômica da nação egípcia.⁸

Motivada pela mesma necessidade de abastecer a população e as plantações com água de qualidade e em quantidade que satisfizesse a todos, surgiram os *qanats*, aproximadamente em 700 a.C., na Armênia. *Qanats* são galerias subterrâneas cavadas artesanalmente que, por meio de longas e sutis variações de declive, são capazes de retirar água de aquíferos e trazê-la até a superfície⁹. Disseminados pelo Oriente Médio, Norte da África e China, muitos *qanats* continuam em plena atividade. Só no Irã, estima-se que ainda haja mais de 20.000 dessas estruturas em operação¹⁰.

Na região centro-americana que hoje é o México, durante o império asteca, nasceu um tipo de irrigação que ainda hoje é aplicado com resultados muito eficientes: as *chinampas*.

⁷ NACE, Raymond L. Man and Water. **Bulletin of the Atomic Scientists**. LOCAL, Vol. 28 Issue 3, p. 34-38, mar. 1972.

⁸ KENDIE, Daniel. **Egypt and the Hydro-Politics of the Blue Nile River**, Northeast African Studies, Vol 6, No 1-2 (new series), p. 141-169, 1999.

⁹ BOUSTANI, F. **Sustainable Water Utilization in Arid Region of Iran by Qanats** In Proceedings Of World Academy Of Science, Engineering And Technology Volume 33 sep. 2008, p. 213-216.

¹⁰ NACE, Raymond L. **Man and Water** In: Bulletin of the Atomic Scientists, Mar1972, Vol. 28 Issue 3, p.34-38.

Chamadas erroneamente de “jardins flutuantes”, são na verdade ilhas artificiais de sedimentos retirados do fundo dos lagos, acumulados em formas retangulares que permitem seu aproveitamento para a agricultura e também para a construção de residências. Surgiram como alternativa quando a concentração populacional ao redor do Lago da Lua (região central do Vale do México) atingiu níveis que levaram à ocupação das terras aráveis, deixando apenas os terrenos pantanosos disponíveis.

Pouco mais ao sul, os maias resolveram a necessidade de acumulação de suprimentos de água para períodos de seca por meio de cisternas e poços impermeabilizados, e diques ao redor de lagos, capazes de armazenar água para até 18 meses. Diamond (2005) analisa que o principal fator que levou ao colapso da civilização maia foi a ocorrência de mudanças climáticas que levaram a períodos mais longos de seca que o normal durante a conjunção de fatores políticos e culturais que impediam a unificação do território sob um único governo. A questão das mudanças climáticas foi crucial para um aumento populacional que rapidamente esgotou os recursos naturais e a capacidade produtiva dos solos. Quando, ao fim de séculos de desenvolvimento e expansão populacional, um ciclo de secas mais intenso que o normal se instalou, a população estava utilizando integralmente os recursos naturais disponíveis, não havendo nem regiões que pudessem ser utilizadas como espaço de re-estabelecimento de populações atingidas por conflitos, escassez de alimentos ou água, nem uma estrutura política que permitisse, como no Egito, uma abordagem apropriada a problemas de gerenciamento de recursos a longo prazo.¹¹

O que se observa nessas civilizações é que o processo decisório a respeito dos usos da água eram sempre comunitários, por mais sofisticados que fossem os sistemas de abastecimento, canalização ou irrigação, ou por complexas que fossem as estruturas hierárquicas sociais. De acordo com James Salzman, foi a partir do aumento da concentração populacional em Roma e crescente poluição das águas do Tibre, que levou à necessidade de construção de aquedutos para o abastecimento de Roma com água limpa, que o enfoque mudou – para todos os efeitos, a água continuava a ser pública, mas aqueles que assim desejassem (e tivessem condições financeiras para tanto), poderiam ter suas residências abastecidas diretamente, ao invés de terem de se deslocar para coletar água em alguma das inúmeras fontes espalhadas pela cidade.

¹¹ DIAMOND, Jared. **Colapso**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

Desse momento em diante, diz Salzman, o abastecimento doméstico passou a ser sinal de status, e a água desenvolveu um caráter econômico, cujos proventos eram utilizados na manutenção dos aquedutos e tratamento das águas para distribuição gratuita à população como um todo por meio das fontes públicas – ato que passou a ser visto como benevolência do Imperador e não como sua obrigação enquanto governante. Mallot mostra que se chegou a um ponto em que a estratégia política de aumentar a própria popularidade descobriu no abastecimento de água uma potente arma, manipulável de forma a apagar os rastros dos governos anteriores e invertendo a relação de dependência entre sociedade e Estado¹².

Esse modelo em que o Estado é responsável pelo abastecimento e faz uso dessa prerrogativa para aplicar taxas de manutenção calculadas de forma a garantir o reinvestimento e o subsídio ao abastecimento, foi, por muito tempo, o modelo adotado por cidades européias, e ainda é o molde padrão usado para gerenciamento de recursos hídricos ao redor do mundo¹³. O custo de abastecimento de água repassado ao cidadão é, tradicionalmente, apenas o de manutenção e investimentos de expansão da capacidade de abastecimento do sistema, sem que seja cobrada qualquer tarifa pela água em si.

A eterna busca por recursos hídricos de qualidade e em quantidade suficiente para absorver as demandas de populações que se aglutinavam em centros urbanos, levou à profusa construção de barragens, sistemas de canalização e esgoto, com o objetivo de abastecer cidades e campos irrigados, principalmente depois da primeira Revolução Industrial, quando o surgimento das primeiras máquinas a vapor acelerou o consumo de recursos naturais e

¹² SALZMAN, James. Thirst: A Short History of Drinking Water. **Yale Journal of Law and the Humanities**, Vol. 17, No 3, p. 16, mar. 2006.

¹³ "Due to the rising dominance of neoliberal policies since the 1980s, the privatisation and commercialisation of essential public services has turned into a dominant political trend in Europe. Through liberalisation at the national, European and international level, new service markets have been created, and powerful companies are fighting for profitable shares of these. In some sectors like telecommunications, these policies led to a complete restructuring of former public services under capitalist market principles. The impact of these principles on water services and sewage management varies substantially from country to country. In France, England and Wales the privatisation of water services became dominant, while in other European countries private companies played only a minor role. The outsourcing and the introduction of 'new public management' mechanisms, however, have led to the commercialisation of water services and resource management in many municipalities and public operators where water companies have formally remained public." HACHFELD, David, THERHORST, Philipp, HOEDEMAN, Olivier. **Progressive Public Water Management in Europe**. Disponível em: <http://www.tni.org/water-docs/progressivewaterineurope.pdf> Acesso em: 17 jun. 2009. p. 2.

aumentou a quantidade de dejetos gerados pelas indústrias nascentes¹⁴. Nesse contexto surge em 1815 a primeira organização internacional multilateral, a Comissão Central do Reno, para assegurar o cumprimento de normas comuns estabelecidas, assim como prover uma autoridade para a comunicação entre Estados riparianos a respeito de todos os assuntos relativos à navegação¹⁵.

Apesar de nessa época algumas cidades européias já contarem com abastecimento hídrico e rede de esgotos, a maior parte das grandes cidades tinha saneamento precário, com descargas de dejetos realizadas diretamente nos rios ou mesmo nas ruas e coleta manual de água em poços e fontes. Não havia uma preocupação muito grande até então com saneamento básico, pois a existência de grandes aglomerados urbanos (com algumas poucas exceções, como por exemplo Roma, Paris e Londres) era uma experiência recente, e a administração pública não estava preparada para garantir o esgotamento do volume de dejetos que se produzia diariamente, o que acabava degenerando em contaminação dos lençóis freáticos e mesmo das águas superficiais (rios e lagos).

Havia (e ainda há) uma multiplicidade de modelos de gerenciamento de recursos hídricos (municipal, estatal, privado, centralizado ou descentralizado), geralmente adotados de acordo com características políticas da região ou do sistema hídrico em que a bacia se insere. No entanto, devido a um certo distanciamento do Estado em face às grandes mudanças estruturais na sociedade com o advento de novos modelos de produção, no século XIX grande parte das nações ocidentais desenvolveu sistemas de água e esgoto privados. Apesar de garantir a aplicação de tecnologias de ponta, otimizando os sistemas de água e esgoto em termos de desperdício de volume, o gerenciamento privado provou, na maioria dos casos, ser inadequado por focar muito mais no abastecimento industrial do que nas questões de saúde pública. Ao longo dos séculos, com as mudanças dos regimes de administração pública, houve vários movimentos de aumento e redução da participação privada nos serviços de água e esgoto, mas a tendência que prevaleceu a partir do final do século XIX e primeira metade do século XX foi a de retomada do controle governamental, principalmente a nível municipal.

¹⁴ KASA, Sjur, Industrial revolutions and environmental problems. **Confluence**. Interdisciplinary Communications. Oslo: CAS-Center for Advanced Study-University of Oslo, p. 70-75, jan. 2009.

¹⁵ Central Commission for Navigation on the Rhine. Disponível em: <http://www.ccr-zkr.org/> Acesso em: 17 jun. 2009.

Atualmente, apesar de empresas privadas competirem em pé de igualdade com prestadoras municipais governamentais de serviços públicos, apenas alguns países, como Inglaterra e França, mantêm seus sistemas de água e esgoto integralmente nas mãos de concessionárias privadas.

Exemplo dessa inversão de papéis iniciada na Roma Antiga, em que a sociedade se vê como tutelada de um Estado incapaz de atender adequadamente às demandas sociais, foi a situação de Nova Iorque no século XVIII, onde a abordagem comunitária ao abastecimento de água já não era reconhecida pela população, que não reagiu positivamente a determinações governamentais que delegavam a responsabilidade de construção de poços aos moradores da região a ser beneficiada¹⁶. A política não obteve sucesso, e a qualidade do abastecimento da cidade tornou-se precária. Com a retração da presença do Estado, empreendedores privados aproveitaram a oportunidade para construir poços e cobrar pela água retirada – empreendedorismo que culminou em poderoso lobby para a privatização do serviço de abastecimento de água, e, na ausência de mecanismos de fiscalização que certificassem que os recursos financiados seriam utilizados como acordado, terminou com a transformação do grupo de investidores em um sólido banco, sem que a população estivesse recebendo os benefícios da privatização. Após quase um século de resultados negativos, o governo viu-se forçado a retomar o monopólio dos serviços de abastecimento e tratamento.

¹⁶ “Ever since Peter Minuit’s celebrated purchase of Manhattan Island from the natives for beads and trinkets in 1626, the settlement has faced challenges of ensuring adequate drinking water. While New York is obviously surrounded by large rivers, they open on the ocean and are too salty for drinking. The first Europeans to live in Manhattan, the Dutch settlers of New Amsterdam, relied on basic technologies to provide drinking water – collecting rainwater in cisterns and digging shallow wells. Most of the settlement’s water came from a spring-fed, deep freshwater pond covering 70 acres in lower Manhattan, known as the “Kalch-Hook.” Interestingly, much of the fresh water was used not for direct drinking but, instead, for brewing beer or cooking. The wells in New Amsterdam were private. Although there were plans in 1660 to build a public well, the famed regional governor, Peter Stuyvesant, refused to approve the funding. This proved remarkably short-sighted, however, for when British warships sailed up the Hudson in 1664 the Dutch defense was brief. Besieged in a fort, the Dutch realized to their chagrin that the fort had no wells and therefore no water sources. Following a quick surrender, which kept the town’s commercial prospects intact, Stuyvesant justified the loss to his employers as not a particularly serious matter since the lack of fresh water on the island made it impossible to defend and easy to regain.

No surprise, then, that one of the first acts of the new British masters, after renaming the city New Yorke, was construction of public wells in the city. Begun in 1667, these would remain a primary source of water for New Yorkers well into the 19th century. While regarded as public works projects, few public monies were actually spent. People living on the street where a well had been sited were told to undertake construction on their own. The plan went nowhere, though, with only one brackish well completed. In 1686, construction of eight wells finally got underway through a combination of public funding and financial assessments of families who would be serviced by the well. People refusing to pay the assessment were threatened with forced sales of goods to make up the shortfall. Local residents were charged with ensuring proper maintenance; indeed, some of the wells later became known by the names of these overseers.” SALZMAN, James. Thirst: A Short History of Drinking Water. *Yale Journal of Law and the Humanities*, Vol. 17, No 3, P.94-121, mar. 2006.

Após a Segunda Guerra Mundial e a paz relativa, a reconstrução da economia deu espaço a uma recuperação da população a taxas nunca vistas. A população mundial dobrou nas quatro décadas seguintes¹⁷. A paz – ainda que tensa – proporcionou aos envolvidos nas grandes guerras oportunidade para o diálogo em busca de cooperação para a manutenção da paz. Essa necessidade delineou-se já antes do fim da guerra, quando as atrocidades cometidas já haviam atingido tal ponto em que as nações unidas (ou aliadas) contra o eixo passaram a crer na necessidade de se institucionalizar as relações internacionais, de forma que essas interações fossem regidas por regras que evitassem outras guerras.

A Organização das Nações Unidas é o segundo esforço por uma instituição intergovernamental com vocação universal. O primeiro foi a revolucionária Liga das Nações, criada em 28 de abril de 1919 e cujas atividades se encerraram oficialmente em 31 de julho de 1947, embora já tivesse perdido poder de influência em meados da década de 1930. Apesar de ter sido criada para fazer cumprir o Tratado de Versalhes, reforçar a segurança nas relações internacionais e aumentar a cooperação internacional, lacunas e contradições no Pacto da Sociedade das Nações limitaram grandemente seu campo de ação¹⁸.

Além disso, com a crise econômica de 1929, nacionalismos egoístas e isolacionistas renasceram com força, “enterrando” as boas intenções que levaram à instituição da sociedade junto com a denúncia do Pacto por parte das principais potências que haviam causado a Primeira Guerra Mundial. O esvaziamento gradual da legitimidade da instituição atinge seu ápice quando, em 1939, a Alemanha desencadeia a Segunda Guerra Mundial. Sua maior falha foi, de acordo com Seitenfus (2003), a incapacidade de impor as decisões coletivas àqueles que delas discordavam. Por ter como referência um princípio que excluía a participação dos vencidos na Primeira Guerra, criou uma situação que impossibilitaria sua aplicação conforme o princípio universalista que a nortearia. Aliado a isso, tanto a estrutura de seu processo decisório, baseada na unanimidade, o que muitas vezes impossibilitava a tomada de decisões importantes para a comunidade internacional, como a facultatividade da submissão às

¹⁷ United Nations, **1989 Demographic Yearbook**. Disponível em: <http://unstats.un.org/unsd/demographic/products/dyb/dybsets/1989%20DYB.pdf> Acesso em 17 jun. 2009.

¹⁸ SEITENFUS, Ricardo A. S. **Manual das Organizações Internacionais**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003, p. 100-101.

decisões tomadas, esvaziavam o poder de uma instituição que deveria estar acima dos Estados.

Apesar do fracasso da Liga das Nações, a percepção da necessidade da institucionalização das relações internacionais permanecia entre os líderes mundiais. A Carta do Atlântico, firmada pelos Estados Unidos e Grã Bretanha em 14 de agosto de 1941, é considerada a pedra fundamental das relações internacionais pós-conflito, ainda que não mencione a necessidade de uma organização internacional para a manutenção da paz e segurança mundiais. É na Conferência de Washington, em 1º de janeiro de 1942, que é mencionada pela primeira vez a necessidade de um esforço conjunto e orientado de nações unidas em torno de objetivos comuns. Em 1º de outubro do ano seguinte realiza-se a Conferência de Moscou, em cuja declaração final consta menção à necessidade da criação de uma “organização internacional baseada no princípio da igual soberania de todos os Estados pacíficos, pequenos ou grandes, com o objetivo de manter a paz e a segurança internacional”.¹⁹

Em julho de 1944, as potências se reuniram em Bretton Woods para organizar as relações econômicas internacionais. No mês seguinte, em Dumbarton Oaks, China, Estados Unidos, Grã Bretanha e União Soviética reuniram-se para esboçar a organização política internacional do pós-guerra, tendo por base texto elaborado pelo Departamento de Estado americano, onde estavam delineados os princípios da futura organização.

Uma das lições tomadas à Liga das Nações e aplicada à Organização das Nações Unidas já nesse primeiro documento foi o estabelecimento de dois conselhos: a Assembléia Geral, sem poder real e que deliberaria a respeito de questões de interesse limitado, e o Conselho de Segurança, onde seriam tomadas decisões de interesse generalizado. As regras de votação da Assembléia Geral, e a instituição do poder de veto no Conselho de Segurança apenas às cinco principais potências aliadas aumentariam a agilidade do processo decisório e a sua aplicabilidade. Em 26 de junho de 1945 é assinada a Carta de São Francisco, que cria oficialmente a Organização das Nações Unidas.

¹⁹ SEITENFUS, Ricardo A. S. **Manual das Organizações Internacionais**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003, p. 111-112.

Longe de ser um fórum ideal para os Estados, a Organização das Nações Unidas foi em um primeiro momento, o instrumento mais sólido de que se poderia dispor para a manutenção da paz no período de Guerra Fria que se seguiu ao fim do conflito encabeçado pela Alemanha nazista. Apesar de ainda hoje se esforçar por institucionalizar a disputa de poder internacional em níveis outros que não o do combate armado, logrou êxito em evitar que conflitos regionais escalassem exageradamente, tendo obtido grandes vitórias em questões de proteção de direitos humanos e em ações de caráter humanitário, embora sua estrutura eminentemente burocrática retarde e reduza a efetividade de muitos de seus esforços. Ainda que haja muito a ser aperfeiçoado, sua presença constante e efetiva no cenário internacional ao longo das últimas seis décadas provou-se fundamental para que os esforços cooperativos continuassem tentando se sobrepor aos conflitos e litígios.

Investimentos em várias áreas e o aproveitamento de técnicas desenvolvidas ao longo do período das grandes guerras deram à humanidade instrumentos que transformaram para sempre as relações entre Estados, sociedades, e empresas. Essas mudanças têm seus lados positivos²⁰, mas em relação à água, a falta de planejamento de longo prazo de seu uso e retirada que considere a sustentabilidade do sistema, assim como o descarte irrefletido de muitos produtos químicos, reflexo da mentalidade entranhada no imaginário coletivo de que os rios são capazes de absorver nosso lixo, resultaram em danos significativos para a maior parte dos principais rios urbanos do mundo²¹.

Além disso, o crescimento das populações urbanas observado ao longo da segunda metade do último século, associado a crescente conflito entre os usos industrial, agrícola e doméstico levou a uma mudança de atitude em relação à água, que vem gradualmente se despidendo de suas características de bem comum e tendo suas características econômicas reforçadas²². Tem-se a impressão de que a água está acabando, e isso não é verdade²³. O

²⁰ A transição da modernidade à pós-modernidade criou movimentos fortemente tecnocráticos, que em busca do maior rendimento com menor insumo, aumentaram consideravelmente a eficiência de processos produtivos, e mesmo de processos de interação social, cujos resultados positivos refletem-se nos estilos de vida tidos como modelo de bem-estar, como, por exemplo, o American Way of Life, símbolo de prosperidade e segurança econômica que incentivava o crescimento pessoal por meio de atitudes empreendedoras, diligentes e construtivas.

²¹ LANZ, Klaus, MÜLLER, Lars, RENTSCH, Christian, SCHWARZENBACH, René. *¿De Quién es el Agua?* - Barcelona - Editorial Gustavo Gili, 2008. p. 91.

²² GLEICK, Peter H., WOLFF, Gary, CHALECKI, Elizabeth L, REYES, Rachel. **The New Economy of Water**. Disponível em: http://www.pacinst.org/reports/new_economy_of_water/new_economy_of_water.pdf Acesso em: 17 jun. 2009.

²³ CLARKE, Robin, KING, Janet. **O Atlas da Água**. São Paulo: Publifolha, 2005, p.19.

problema é que este recurso aparentemente abundante possui volume fixo sobre a crosta terrestre, e está cada vez mais sendo repartido por usos conflitantes, e inutilizado para consumo humano por falta de manejo adequado.

Os maiores desafios enfrentados atualmente se resumem a encontrar formas adequadas e aceitáveis de manter a água limpa e/ou tratá-la para que se torne utilizável, gerenciá-la para que se torne acessível, e precificá-la de forma justa para que seja respeitada. Tais desafios intensificaram-se em face da maior integração econômica global, que reduziu distâncias e aproximou culturas distintas, cujas diferenças em conflito tenderam a se anular em prol da estabilidade das relações comerciais²⁴.

Para tratar um objeto com implicações econômicas, sociais e culturais, há que se destacar suas mais importantes facetas. Para fins de estudo, abordaremos simultânea e/ou paralelamente os aspectos da proteção internacional dos direitos humanos no que tange ao acesso à água e saneamento, e à proteção internacional do meio ambiente no que se refere à preservação da mesma como recurso material indispensável para a manutenção da vida.

1.2 Proteção internacional do meio ambiente

Observa-se a partir da década de 1960 uma tendência global de maior preocupação com a proteção do meio ambiente e da qualidade de vida daqueles que nesse meio se encontram. Tal tendência toma corpo em 1968 com o "Clube de Roma" - grupo de profissionais de todas as partes do globo comprometidos com o aumento do nível de consciência de longo prazo dos principais líderes e tomadores de decisão ao redor do mundo²⁵. Os resultados dessa iniciativa frutificaram em 1972, quando pela primeira vez a Organização das Nações Unidas convocou uma conferência a respeito de um único assunto -

²⁴ “(...) na pós-modernidade o conceito de sociedade civil acabou sendo absorvido pelo mercado e não pelo Estado. Na verdade, a pós-modernidade não mais produziu uma identidade coletiva; o sentido dessa identidade não foi mais percebido, nem via cultura nem por meio de uma ideologia de legitimação associada ao poder e a uma comunidade política.” DUPAS, Gilberto. **Tensões Contemporâneas Entre o Público e o Privado**. São Paulo: Paz e Terra, 2003 p. 13.

“Com crescente influência das lógicas organizacionais, o processo de dessimbolização do mundo passa a ter o *economicismo* e o *tecnocratismo* como referências centrais. A crise da civilidade e a intensificação do narcisismo levam, assim, a uma emancipação do indivíduo de todo enquadramento normativo, aversão à esfera pública e sua consequente degradação. A liberdade passa a ser percebida como possível unicamente na esfera privada e gera a progressiva privatização da cidadania.” Ibidem. p. 15.

²⁵ Clube de Roma. Disponível em: <http://www.clubofrome.org/eng/about/4/>. Acesso em: 17 jun. 2009.

Meio Ambiente²⁶. Dessa reunião saíram muitas das premissas mais importantes para a elaboração de políticas públicas voltadas para a proteção do meio ambiente. Além disso, foi nessa conferência que criou-se o Programa das Nações Unidas para Meio Ambiente - PNUMA, importante instrumento para o desenvolvimento de consenso político com relação a políticas ambientais²⁷.

Em 1977, realizou-se a primeira conferência das Nações Unidas sobre água, em Mar del Plata, Argentina. Com a participação de 116 Estados, foi um marco na questão do gerenciamento dos recursos hídricos por estabelecer pela primeira vez parâmetros de conduta governamental a respeito do tema em escala global, tendo como meta principal a garantia de água potável de qualidade e saneamento para todos até 1990. Seu plano de ação voltado para gerenciamento de demanda introduz uma nova agenda voltada para o uso sensato e sustentável dos recursos hídricos, além de uma perspectiva inédita em matéria de direitos humanos, ao afirmar o direito de todas as pessoas a água potável²⁸.

Heathcote resume o plano de ação em quatro pontos principais, a saber:

“1. Cada país deve formular e manter sob revisão uma declaração de política relativa ao uso, gerenciamento e conservação de recursos hídricos como um *framework* para planejamento e implementação. Os planos e políticas nacionais de desenvolvimento devem especificar os objetivos centrais da política de usos de recursos hídricos, o qual deve se traduzir em *guidelines*, estratégias e programas.

2. Arranjos institucionais adotados por cada país devem assegurar que o desenvolvimento e gerenciamento de recursos hídricos sejam realizados no contexto do plano nacional, e que haja verdadeira coordenação entre todos os órgãos responsáveis pela investigação, desenvolvimento e gerenciamento de recursos hídricos.

3. Cada país deve examinar e manter sob revisão estruturas legislativas e administrativas relativas ao gerenciamento de recursos hídricos e, quando apropriado, legislar compreensivamente para uma abordagem coordenada ao planejamento de tal gerenciamento. Pode ser desejável que provisões a respeito do gerenciamento,

²⁶ Declaração Ministerial da Haia de 2000, artigo 3°. Disponível em: http://www.worldwatercouncil.org/fileadmin/www/Library/Official_Declarations/The_Hague_Declaration.pdf Acesso em: 17 jun. 2009.

²⁷ United Nations Environment Programme. Disponível em: <http://www.unep.org/> Acesso em: 17 de jun. 2009.

²⁸ SCHECHTER, Michael G. **United Nations Global Conferences**. Routledge: Taylor and Francis, 2005. p. 62-65

proteção contra poluição e conservação dos recursos hídricos sejam combinadas em um único instrumento legal. A legislação deve definir regras de propriedade pública dos recursos hídricos e grandes trabalhos de engenharia em cursos d'água, assim como provisões relativas a problemas de posse de terrenos e qualquer litígio que possa deles resultar. Essa legislação deve ser flexível o suficiente para acomodar mudanças futuras de prioridades e perspectivas.

4. Os países devem envidar os esforços necessários à adoção de medidas para a obtenção da participação efetiva no planejamento e processo de decisão envolvendo usuários e autoridades públicas. Essa participação pode influenciar construtivamente escolhas entre planos alternativos e políticas. Se necessária, a lei deve prover acerca de tal participação como parte integral dos processos de planejamento, programação, implementação e avaliação²⁹.” (tradução livre da autora)

Esse plano estimulou várias atividades voltadas para temas específicos, inclusive relacionados à preservação das condições ambientais que permitam a manutenção do ciclo hidrológico, por meio da coordenação de esforços para garantir acesso à água e instalações de saneamento para todos antes de 1990. No entanto, partiu-se da premissa hoje sabidamente equivocada de que as soluções ideais para países desenvolvidos também seriam as melhores para os países em desenvolvimento, e tanto o Fundo Monetário Internacional como o Banco Mundial emprestaram grandes somas a países em desenvolvimento para que pudessem investir em captação, distribuição e tratamento de água e esgoto³⁰. Tais empréstimos vinham

²⁹ “1. Each country should formulate and keep under review a general statement of policy relating to the use, management and conservation of water as a framework for planning and implementation. National development plans and policies should specify the main objectives of water use policy, which in turn should be translated into guidelines, strategies and programs
2. Institutional arrangements adopted by each country should ensure that the development and management of water resources take place within the context of national planning, and that there be real coordination among all bodies responsible for the investigation, development, and management of water resources
3. Each country should examine and keep under review existing legislative and administrative structures concerning water management and, where appropriate, should enact comprehensive legislation for a coordinated approach to water planning. It may be desirable that provisions concerning water resources management, conservation and protection against pollution be combined in a unitary legal instrument. Legislation should define the rules of public ownership of water and of large water engineering works, as well as the provisions governing land ownership problems and any litigation that may result from them. This legislation should be flexible enough to accommodate future changes in priorities and perspectives.
4. Countries should make necessary efforts to adopt measures for obtaining effective participation in the planning and decision-making process involving users and public authorities. This participation can constructively influence choices between alternative plans and policies. If necessary, legislation should provide for such participation as an integral part of the planning, programming, implementation, and evaluation process.”
HEATHCOTE, Isobel W. **Integrated Watershed Management: Principles and Practices**. John Wiley and Sons, 2009 p. 2-3

³⁰ LANZ, Klaus, MÜLLER, Lars, RENTSCH, Christian, SCHWARZENBACH, René. **¿De Quién es el Agua?** - Barcelona - Editorial Gustavo Gili, 2008. p. 498-499.

atrelados a inúmeros encargos e obrigações, que, ao contrário do esperado, não criaram ciclos virtuosos de riqueza, e na maioria das vezes terminaram por deixar os países receptores em situação econômica e social ainda mais frágil em relação ao período anterior ao empréstimo. Além disso, apesar de participação expressiva de organizações da sociedade civil na conferência, o plano enfatizava a necessidade de um comprometimento nacional forte e centralizado em relação ao gerenciamento de água, delegando toda a responsabilidade de cumprimento dos objetivos ali definidos para os Estados participantes.

Durante a década seguinte (1981-1990), denominada "Década Internacional da Água Potável e Saneamento Básico" os esforços pelo melhoramento das redes de distribuição de água não conseguiram se equiparar ao aumento desordenado das populações urbanas. Além disso, os países receptores dos recursos entraram em débitos mais profundos do que aqueles com que eram capazes de arcar, gerando uma crise de dívida que inutilizou muitos desses esforços e reduziu a atenção dada às políticas de gerenciamento de recursos hídricos. O maior mérito do período foi aumentar a consciência de atores e tomadores de decisão para a profundidade do problema.³¹

Em 1990, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento realizou consultas globais sobre água e saneamento para a década de 1990, que resultaram na declaração de Nova Délhi, onde foram rediscutidos os planos iniciais do Plano de Ação de Mar del Plata, e dois anos depois, em Dublin, foram definidos princípios norteadores³² e novos prazos para a retomada de ações positivas para o cumprimento de tais metas. Foram esses princípios que guiaram a definição de prioridades relacionadas aos recursos hídricos no capítulo 18 da Agenda 21, fruto da Conferência das Nações Unidas Para Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada em 1992 no Rio de Janeiro - Rio 92.

³¹ "Despite the failure to meet the quantitative goals, much was learnt from the experience of the water and sanitation decade... There was further realization of the importance of comprehensive and balance country-specific approaches to the water and sanitation problem. Most importantly, perhaps, was the realisation that the achievement of this goal that was set at the beginning of the decade would take far more time and cost far more money than was originally thought." **World Water Assessment Program Milestones** Disponível em: <http://www.unesco.org/water/wwap/milestones/index.shtml> Acesso em: 17 jun. 2009.

³² "Principle No. 1: Freshwater is a finite and vulnerable resource, essential to sustain life, development, and the environment.

Principle No. 2: Water development and management should be based on a participatory approach, involving users, planners, and policy-makers at all levels.

Principle No. 3: Women play a central part in the provision, management, and safeguarding of water.

Principle No. 4: Water has an economic value in all its uses and should be recognized as an economic good" **The Dublin Statement on Water and Sustainable Development**. Disponível em: <http://www.un-documents.net/h2o-dub.htm> Acesso em : 17 jun. 2009.

Após a Rio 92 ampliaram-se os espaços para debates a respeito do meio ambiente, e também da água, com destaque para o Segundo *World Water Forum* em Haia, no ano 2000, quando o chamado para uma visão mais globalizada da água teve grande repercussão, principalmente quanto à controversa Declaração Ministerial, que definia como desafio, entre outros, a valoração da água.

Uma série de outros documentos e reuniões, tanto intra como extra-ONU tiveram como foco o compartilhamento de recursos por países fronteiriços, além de regras para uso, captação, extração e distribuição desses recursos. A abordagem utilizada para essas análises é frequentemente técnica e de natureza matemática - busca-se a divisão equitativa de recursos entre dois ou mais atores considerados como iguais.

Nos últimos dez anos, no entanto, cada vez mais se compartilha a responsabilidade pela manutenção da qualidade da água por nações riparianas, assim como por nações que compartilham lençóis subterrâneos. Com processos crescentes de desertificação, salinização e acidificação ocorrendo em territórios de todos os continentes, além da redução de níveis de lençóis freáticos devido a sua superexploração, o debate em busca da definição de regras mais claras a respeito da captação, destinação, distribuição e tratamento da água é cada vez mais frequente, intenso e com viés colaborativo.

1.3 Proteção Internacional dos Direitos Humanos e direito à água

A institucionalização da proteção dos direitos humanos a nível internacional se firma após as atrocidades da Segunda Guerra Mundial, e tem por primeiro instrumento a Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem, aprovada pela Organização dos Estados Americanos em maio de 1948. A iniciativa ecoou na recém-fundada ONU, sob a forma da Declaração Universal de Direitos Humanos, Assembléia Geral da ONU a 10 de dezembro de 1948, em Paris. Pouco depois, em 1950, é aprovada a Convenção Européia de Direitos do Homem.

Esses instrumentos básicos tornaram-se o sustentáculo da luta pela definição e proteção dos direitos da pessoa humana a nível internacional, tendo por princípio maior o fato

de que “todos os homens nascem livres e iguais em dignidade e direitos”³³. Muitas outras declarações, tratados e convenções mais específicas foram assinados e ratificados desde a DUDH, sempre em busca da extinção de discriminações e da criação de condições que permitam o desenvolvimento pacífico e harmonioso dos indivíduos e sociedades.

Muitos assumem o direito à água e a saneamento básico como fundamentais aos seres humanos e incluídos no artigo 25 da DUDH, entre outros documentos que citam mais ou menos explicitamente sua existência. Foi apenas a partir da década de 1980, quando o Banco Mundial começou a financiar projetos de terceirização de sistemas de abastecimento de água em países em desenvolvimento, que se começou a vislumbrar a necessidade de positivação do direito de acesso a água em quantidade e qualidade que permitam a manutenção da vida humana.

A implantação desses projetos muitas vezes tornou-se desastrosa para todas as instituições envolvidas - Banco Mundial, empresas privadas, Estado, população atingida-, como se pôde observar no casos icônicos de Cochabamba, na Bolívia (2000), e de Phumelela na África do Sul (2004). Não foram os primeiros nem os últimos países a terem problemas com a terceirização de seus serviços de abastecimento, mas foram casos que chamaram a atenção do público para o assunto por sua proximidade cronológica, intensidade da resposta popular à situação e ampla cobertura jornalística conferida³⁴.

Em ambas situações, o aumento indiscriminado das tarifas de abastecimento e/ou conexão à rede de distribuição, que tornava os custos proibitivos para as camadas menos favorecidas economicamente, levou a população a se insuflar contra as empresas privadas e governo e reclamar a posse, uso e fruto dos recursos que lhes estavam sendo negados.

Com o afloramento de tais conflitos à esfera pública internacional, governos ao redor do mundo passaram a ser pressionados e questionados individualmente por suas populações, e tensões relativas ao acesso à água limpa e saneamento básico começaram a aflorar mesmo em

³³ Declaração Universal dos Direitos Humanos, art. 1º Disponível em: http://www.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm Acesso em: 17 jan. 2009

³⁴ GLEICK, Peter. **Conflict Chronology**. Disponível em: <http://www.worldwater.org/conflictchronology.pdf> Acesso em 17 jun. 2009.

países desenvolvidos, como foi o caso do Canadá em relação a exportações de água e compartilhamento de recursos com os Estados Unidos³⁵.

³⁵ Council of Canadians. Disponível em: <http://www.canadians.org/about/history/index.html> Acesso em: 17 jun. 2009

2. DA RECONSTRUÇÃO SOCIAL DO DIREITO HUMANO À ÁGUA

2.1 Movimentos sociais em defesa do direito à água

2.1.1 Cochabamba

A partir de 1985, a Bolívia passou a recorrer ao Fundo Monetário Internacional e ao Banco Mundial para superar o resultado da sucessão de crises econômicas do período. Entre as políticas adotadas em consequência da participação desses dois órgãos na reestruturação político-econômica do país estava a privatização de grande parte dos serviços públicos - entre eles, companhias de transporte aéreo, ferroviário, água e saneamento. Em 1997, o Banco Mundial emprestou à Bolívia US\$20 milhões em assistência técnica para reforma regulatória e privatização. Mais tarde, outros empréstimos foram contraídos, condicionados à reabilitação de infra-estrutura de água e saneamento em cidades com situação crítica - entre elas Cochabamba³⁶.

Nos anos seguintes, o Banco Mundial passou a questionar a administração dos recursos, valendo-se de acusações de improbidade administrativa e desvio de verbas. Em 1998, o Banco deu um ultimato ao governo boliviano, exigindo que a administração da companhia de abastecimento de água de Cochabamba fosse repassada ao consórcio *Aguas Del Tunari* (formado pela *International Water Limited* (Inglaterra), *Edison* (Itália), *Bechtel* (EUA), *Abengoa* (Espanha), *ICE Ingenieros* e *SOBOCE* (Bolívia), ou o empréstimo de 25 milhões de dólares que a Bolívia tinha com o Banco não seria renovado.

Para evitar um colapso econômico maior do que o anterior ao auxílio internacional, o governo boliviano cedeu aos apelos em abril de 1999, abrindo uma licitação controversa cujo único concorrente era a *Aguas del Tunari*, que foi declarada vencedora mesmo sem preencher todos os requisitos definidos em edital³⁷. Nos seis meses seguintes à tomada de controle por parte do consórcio internacional, não apenas as condições de ampliar o número de conexões à

³⁶ BONNARDEAUX, David. **The Cochabamba "Water War"**: An Anti-Privatisation Poster Child?. Disponível em http://www.policynetwork.net/uploaded/pdf/Cochabamba_March09.pdf Acesso em: 17 jun. 2009

³⁷ LOBINA, Emanuele. **Cochabamba - Water War**. Public Services International Research Unit Report - London, June 2000. Disponível em: www.world-psi.org Acesso em: 17 jun. 2009.

rede de abastecimento não estavam sendo cumpridas, como as tarifas aumentaram em 35%³⁸, sob a orientação do Banco Mundial, que indicava que aqueles que não pudessem pagar pelo serviço não teriam acesso a ele e que todos os custos operacionais deveriam ser pagos pela população. O consórcio também alegava a necessidade de angariar fundos para a construção da barragem de Misicuni, que geraria energia para a indústria local e garantiria água para irrigação aos agricultores da região. Aliando-se a isso a definição de normas que proibiam até mesmo a captação de água das chuvas por meio de baldes e bacias, em pouco tempo a população saiu às ruas reivindicando a retomada do controle do *Servicio Municipal de Agua Potable y Alcantarillado* (SEMAPA).

Os aumentos atingiram grande parcela da população cochabambina, cuja renda média mensal se situa abaixo dos US\$100. Com a definição dos preços da água em paridade ao dólar e aumentos mensais equivalentes a US\$15, a conta de água chegou a ser tão alta que as pessoas tinham que escolher entre pagar a água ou comprar comida. Em janeiro de 2000, protestos pararam a cidade por quatro dias, só cessando quando o governo concordou em reverter os aumentos. Apesar da promessa, um mês depois nada havia mudado. Em fevereiro, a *Coordinadora de Defensa del Agua y pela Vida* organizou uma marcha pacífica – que foi recebida pelas autoridades com gás lacrimogêneo e balas de borracha. O governo conseguiu estabelecer uma trégua sob a promessa de congelar as tarifas tal qual estavam até novembro, quando o contrato com a *Aguas del Tunari* seria renegociado. No entanto, a população havia concluído que a privatização era a raiz do problema, e começou a exercer pressão para o cancelamento da concessão e retorno do sistema de água e esgoto à administração pública. Em abril, camponeses lideraram violentos protestos contra um novo regulamento sobre o controle dos sistemas rurais de irrigação.

Os líderes do protesto foram presos e o então presidente Hugo Banzer decretou estado de sítio em todo o país, em uma tentativa de controlar o caos que se instalava. Dessa vez, apesar de os protestantes utilizarem somente paus e pedras, a polícia reagiu não apenas com gás lacrimogêneo e balas de borracha, mas também com munição de verdade. O governo viu-se obrigado a ceder aos clamores da população quando um rapaz de 17 anos morreu, vítima de um tiro na cabeça disparado por um dos policiais que tentavam conter a fúria dos protestos.

³⁸ LANZ, Klaus, MÜLLER, Lars, RENTSCH, Christian, SCHWARZENBACH, René. *¿De Quién es el Agua?* - Barcelona - Editorial Gustavo Gili, 2008. p. 436.

Para evitar maiores danos à abalada imagem do presidente, a concessão à *Aguas del Tunari* foi revogada, e adotou-se uma abordagem mais democrática à gestão dos sistemas de água e esgoto de Cochabamba, com maior participação e envolvimento popular no processo decisório e mesmo na construção e manutenção do sistema.

2.1.2 Council of Canadians

O *Council of Canadians* é uma organização não-governamental sem fins lucrativos criada em 1985 com o objetivo de representar a voz da sociedade canadense a respeito de assuntos como livre comércio e democracia. Desde então tem se firmado como tal, posicionando-se firmemente em assuntos nacionais de grande relevância. Apesar de não ser um partido político, e sim uma organização vigilante da soberania canadense, possui mais de 70 escritórios de representação em todo o país, por meio dos quais mantém comunicação direta com a população de forma a pressionar tanto Liberais como Conservadores a manterem seus compromissos de proteger os direitos dos cidadãos canadenses, tendo obtido expressivas vitórias com relação a assuntos diversos, como livre-comércio, impostos, meio ambiente e conservação do patrimônio cultural da nação.

A partir do ano 1998 o *Council of Canadians* passou a focar mais especificamente as questões relativas ao direito à água, devido a uma polêmica causada em 1993 pelo estabelecimento de multinacionais da exportação de água em pontos estratégicos do território canadense. Embora o governo de então tenha se colocado contra a exportação de água de geleiras em grandes volumes, a percepção da delicadeza do equilíbrio ecológico da região, assim como da fragilidade do controle canadense sobre suas reservas de água devido à ausência de um ordenamento jurídico que o confirmasse, levou o *Council of Canadians* a identificar ali uma brecha a ser remediada por meio de ações afirmativas.

Em 1999, uma matéria no *National Post* denominava a água canadense como “ouro azul”, apresentando como uma boa solução para a economia do país a liberação de licenças de exploração e exportação de água. O *Council of Canadians* respondeu, em fevereiro do mesmo ano, com mobilizações sociais em coordenação com várias organizações não governamentais sem fins lucrativos e com a publicação de artigos, exercendo pressão política para que fossem corrigidas as brechas em tratados de livre-comércio recém assinados e na legislação interna do

país³⁹. Em março, o governo fingiu atender às demandas, convocando as províncias a banirem voluntariamente as exportações de grandes volumes de água⁴⁰. A medida foi identificada como uma atitude de fachada, e os protestos, ao invés de diminuir, cresceram em intensidade. Em agosto, um relatório da *Joint Commission on the Great Lakes* corroborava com uma análise jurídica o posicionamento popular em favor da proibição das exportações de água, apesar de as autoridades continuarem ventilando idéias contrárias às reivindicações populares⁴¹. Em setembro foi realizado o primeiro *Water Watch Summit*⁴², e em outubro o *Council of Canadians* entregou petições ao governo demandando a proibição federal das exportações de água⁴³. Em novembro o governo publicou a nova estratégia de proteção de águas⁴⁴ que, apesar de toda a pressão popular, tratava apenas de águas compartilhadas internacionalmente, sem menção alguma a atividades de comércio internacional de água.

Em março de 2000, a *Joint Commission* voltou atrás em sua decisão anterior, aliando-se àqueles cujo discurso legitimava as exportações de água⁴⁵. O resto do ano foi, para o *Council of Canadians*, um período sem grandes vitórias, em que o governo continuou adotando posição liberal em relação ao comércio internacional de água⁴⁶. Enquanto isso, o *Council of Canadians* dedicou esforços ao lançamento do *Blue Planet Project*, um projeto com vistas à coordenação internacional de esforços na luta pela água, cuja motivação principal foram as divergências de pontos de vista defendidos no segundo *World Water Forum*⁴⁷. Maude Barlow, fundadora do projeto, defende a necessidade de uma oposição a

³⁹ Council of Canadians. **Press Release**. Fev. 1999. Disponível em: <http://canadians.org/media/water/1999/09-Feb-99.html> Acesso em: 17 jun.2009.

⁴⁰ Sendo o banimento uma declaração voluntária de cada província, muito pouco mudou efetivamente. Council of Canadians. **Press Release**. Mar. 1999. Disponível em: <http://canadians.org/media/water/1999/10-Mar-99.html> Acesso em: 17 jun.2009.

⁴¹ Council of Canadians. **Press Release**. Ago. 1999. Disponível em: <http://canadians.org/media/water/1999/18-Aug-99.html> Acesso em: 17 jun.2009.

⁴² Council of Canadians. **Press Release**. Set. 1999. Disponível em: <http://canadians.org/media/water/1999/19-Sept-99.html> Acesso em: 17 jun.2009.

⁴³ Council of Canadians. **Press Release**. Out. 1999. Disponível em: <http://canadians.org/media/water/1999/14-Oct-99.html> Acesso em: 17 jun.2009.

⁴⁴ Council of Canadians. **Press Release**. Nov. 1999. Disponível em: <http://canadians.org/media/water/1999/23-Nov-99.html> Acesso em: 17 jun.2009.

⁴⁵ Council of Canadians. **Press Release**. Mar. 2000. Disponível em: <http://canadians.org/media/water/2000/15-Mar-00.html> Acesso em: 17 jun.2009.

⁴⁶ Council of Canadians. **Press Release**. Nov. 2000. Disponível em: <http://canadians.org/media/water/2000/01-Nov-00.html> Acesso em: 17 jun.2009.

⁴⁷ “The Blue Planet Project is an international civil society movement begun by The Council of Canadians to protect the world’s fresh water from the growing threats of trade and privatization. We work with organizations and activists in both South and North, and are affiliated with international networks including Friends of the Earth International, Red Vida (the Americas Network on the Right to Water) and the People’s Health Movement. We are currently working with partners world-wide on using a human rights framework to protect water for people and nature for generations to come. This includes working with local organizations and activists on

nível internacional que mostre que o *World Water Council* e as decisões do *World Water Forum* não são consensuais e nem sempre refletem as realidades sociais que seus participantes alegam representar, e afirma que é essa a função do *Blue Planet Project*: representar as diversas realidades afetadas por tais decisões, e ser o pólo coordenador de esforços pela proteção do direito humano à água⁴⁸.

O ano seguinte foi marcado por manifestações contra a abertura das torneiras canadenses ao capital internacional, e declarações do primeiro ministro afirmando que não haveria mudanças de posição em relação ao tema⁴⁹. Apesar disso, a campanha contra a exportação de água em grandes quantidades continuou a pleno vapor em 2002, com o lançamento do livro “Ouro Azul: Como as Grandes Corporações Estão se Apoderando da Água Doce de Nosso Planeta”⁵⁰, escrito por Maude Barlow e Tony Clarke, e de vários relatórios demonstrando suporte científico à proibição almejada⁵¹. No mesmo ano, o *Council of Canadians* envolveu-se pela primeira vez com uma causa internacional, a de Johannesburg, cujos conflitos tinham as mesmas raízes dos problemas enfrentados pelos canadenses⁵².

Em 2003 o *Council of Canadians* alcançou sua primeira vitória interna significativa na proteção às águas canadenses quando, em dezembro, o Ministro do Meio Ambiente de Ontário declarou moratória à decisão de fevereiro do mesmo ano que dava a uma mineradora permissão para duplicar sua cota de retirada de água do rio Tay⁵³. A decisão havia sido publicada apesar de intensos protestos populares em oposição, e de tal permissão ter sido negada em outras instâncias. Em audiência pública em fevereiro, membros do governo denunciaram o fato de a licença estar sendo concedida apenas devido a pressões da OMYA

grassroots struggles to protect democratic, community control of water, and building a movement to secure an international treaty on the Right to Water.” **About the Blue Planet Project**. Disponível em: <http://www.blueplanetproject.net/about.html> Acesso em: 17 jun. 2009.

⁴⁸ BARLOW, Maude, **What is the Blue Planet Project?**. Disponível em: <http://bigthink.com/maudebarlow/re-what-is-the-blue-planet-project> Acesso em: 17 jun. 2009.

⁴⁹ Council of Canadians. **Press Release**. Mai. 2001. Disponível em: <http://canadians.org/media/water/2001/14-May-01.html> Acesso em: 17 jun. 2009

⁵⁰ Publicado no Brasil pela Makron Books em 2003.

⁵¹ Council of Canadians. **Press Release**. Mar. 2002. Disponível em: <http://canadians.org/media/water/2002/18-Mar-02.html> Acesso em: 17 jun. 2009

⁵² Council of Canadians. **Press Release**. Ago. 2002. Disponível em: <http://canadians.org/media/water/2002/15-Aug-02.html> Acesso em: 17 jun. 2009

⁵³ Council of Canadians. **Press Release**. Dec. 2003. Disponível em: <http://canadians.org/media/water/2003/18-Dec-03.html> Acesso em: 17 jun. 2009

Inc., que prometia retirar-se da região e cortar investimentos caso suas demandas não fossem atendidas⁵⁴.

Em 2004, depois de uma forte cisão entre sociedade civil e entidades privadas no Terceiro *World Water Forum*, realizado em Kyoto no ano anterior⁵⁵, o *Council of Canadians*, assim como outras ONGs nacionais, passou a reivindicar ao governo canadense o reconhecimento do direito humano à água⁵⁶. Nos anos seguintes o Council manteve intensas atividades em relação à proteção do sistema dos Grandes Lagos, e também o foco na ampliação do alcance das atividades internacionais. Em 2006 o *Council of Canadians* organizou manifestações em homenagem à data em mais de 60 cidades ao redor do país, além de fazer parte das manifestações organizadas no México, durante o Quarto *World Water Forum*⁵⁷. Em Junho do mesmo ano, Carlos Olivera⁵⁸ visitou o Canadá para argumentar a favor da instituição de uma política de recursos hídricos e do reconhecimento do direito humano à água, sem grande sucesso⁵⁹.

No ano seguinte, as comemorações incluíram a entrega de 45.000 petições ao governo canadense exigindo a definição de uma política nacional de recursos hídricos que contemplasse a questão da exportação de água⁶⁰. Ainda em 2007 Anil Naidoo, *Project Organizer* do *Council of Canadians* e Coordenador do *Blue Planet Project*, esteve em Berlim de 4 a 6 de junho, participando de consulta aberta em matéria de direitos humanos e acesso à água⁶¹. O convite foi feito após uma sequência de posicionamentos do governo canadense no sentido de não aceitar o reconhecimento ao direito humano à água como legítimo, e resultou em um relatório de 32 páginas do Alto Comissariado das Nações Unidas para Direitos Humanos sobre o escopo e conteúdo de obrigações relevantes relativas ao acesso equitativo a

⁵⁴ Council of Canadians. **Press Release**. Fev. 2003. Disponível em: <http://canadians.org/media/water/2003/17-Feb-03.html> Acesso em: 17 jun. 2009

⁵⁵ Council of Canadians. **Press Release**. Mar. 2003. Disponível em: <http://canadians.org/media/water/2003/21-Mar-03.html> Acesso em: 17 jun. 2009

⁵⁶ Council of Canadians. **Press Release**. Mar. 2004. Disponível em: <http://canadians.org/media/water/2004/22-Mar-04.html> Acesso em: 17 jun. 2009

⁵⁷ Council of Canadians. **Press Release**. Mar. 2006. Disponível em: <http://canadians.org/media/water/2006/20-Mar-06.html> Acesso em: 17 jun. 2009

⁵⁸ Representante da *Coordinadora en Defensa del Agua y pela Vida*

⁵⁹ Council of Canadians. **Press Release**. Jun. 2006. Disponível em: <http://canadians.org/media/water/2006/12-June-06.html> Acesso em: 17 jun. 2009

⁶⁰ Council of Canadians. **Press Release**. Mar. 2007. Disponível em: <http://canadians.org/media/water/2007/21-Mar-07.html> Acesso em: 17 jun. 2009

⁶¹ Council of Canadians. **Press Release**. Jun. 2007. Disponível em: <http://canadians.org/media/water/2007/01-June-07.html> Acesso em: 17 jun. 2009

água potável de qualidade e a saneamento, em relação aos instrumentos internacionais de Direitos Humanos existentes⁶².

Em março de 2008, o *Council of Canadians* entrou em alerta novamente, quando o governo canadense, aliado ao governo estadunidense, opôs-se abertamente a uma resolução esboçada pela Alemanha e Espanha com relação ao direito humano à água ⁶³. Apesar do esforço da oposição, a resolução foi aprovada pelo conselho sem passar por votação, apontando um especialista independente por um período de três anos para a avaliação da matéria, sob o mandato do Conselho de Direitos Humanos⁶⁴. Em outubro, Maude Barlow foi indicada pelo presidente da 63ª sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas como *Senior Advisor* para assuntos de água⁶⁵, tendo se pronunciado pela primeira vez em 21 de abril de 2009⁶⁶.

Nacionalmente, o *Council of Canadians* continua enfrentando oposição governamental ao estabelecimento de políticas claras em relação a uso, manejo, estabelecimento de quotas de retirada e comércio. Mas o crescimento do movimento global vem dando legitimidade a suas ações, que se expandiram, sendo atualmente não apenas vinculadas ao comércio de grandes volumes de água, mas também de água engarrafada; não somente pelo direito de cada cidadão canadense à água de seu país, mas pelo direito de todos os seres vivos à água necessária para a manutenção da vida.

2.2 World Water Council

O *World Water Council* é um *think tank* internacional fundado em 1996, baseado em Marselha, França. Composto atualmente por mais de 250 organizações-membros (entre governos nacionais, organizações da sociedade civil, instituições financeiras, organizações

⁶² Report of the United Nations High Commissioner for Human Rights on the scope and content of the relevant human rights obligations related to equitable access to safe drinking water and sanitation under international human rights instruments Disponível em: <http://daccessdds.un.org/doc/UNDOC/GEN/G07/136/55/PDF/G0713655.pdf?OpenElement> Acesso em: 17 jun. 2009

⁶³ Council of Canadians. **Press Release**. Mar. 2008. Disponível em: <http://canadians.org/media/water/2008/17-Mar-08.html> Acesso em: 17 jun. 2009

⁶⁴ Human Rights Council Resolution 7/22, 28 de março de 2008. Disponível em: <http://www2.ohchr.org/english/bodies/hrcouncil/docs/7session/A-HRC-7-78.doc> Acesso em: 17 jun. 2009

⁶⁵ Council of Canadians. **Press Release**. Out. 2008. Disponível em: <http://canadians.org/media/water/2008/21-Oct-08.html> Acesso em: 17 jun. 2009

⁶⁶ Council of Canadians. **Press Release**. Abr. 2009. Disponível em: http://canadians.org/about/Maude_Barlow/UN/UNEarthDay-April09.pdf Acesso em: 17 jun. 2009

científicas, agências da ONU, organizações internacionais, bancos multilaterais, associações profissionais, companhias privadas, associações de usuários, companhias públicas, universidades e centros de pesquisa acadêmica), distribuídos por mais de 60 países, sua instituição resultou da Declaração de Dublin de 1992 e da decisão da Conferência Ministerial sobre Água Potável e Saneamento Ambiental de 1994, cujas decisões a respeito da criação de um fórum mundial da água foram endossadas pela Comissão de Desenvolvimento Sustentável e pela Assembléia Geral da ONU. Em 1994 foi instituído um comitê para os trabalhos preparatórios para a definição dos objetivos e missão do *World Water Council*. De acordo com a última versão da Constituição (Setembro de 2003), o conselho tem por objetivos:

- “1. Identificar problemas de importância local, regional e global em matéria de recursos hídricos com base em avaliações contínuas da situação de tais recursos;
2. Aumentar a consciência a respeito de temas cruciais relacionados à água em todos os níveis de tomada de decisão, das “maiores autoridades” ao público em geral;
3. Desenvolver uma visão estratégica comum relativa ao gerenciamento integrado de recursos hídricos sobre bases sustentáveis, e promover a implementação generalizada de políticas e estratégias efetivas;
4. Fornecer conselhos e informações relevantes a instituições e tomadores de decisão sobre o desenvolvimento e implementação de políticas e estratégias para o gerenciamento de recursos hídricos, com o devido respeito ao meio ambiente e à igualdade social e de gêneros; e
5. contribuir para a resolução de problemas relativos a águas transfronteiriças⁶⁷.” (tradução livre da autora)

⁶⁷ “The objectives of the World Water Council are:

1. to identify critical water issues of local, regional and global importance on the basis of ongoing assessments of the state of water;
2. to raise awareness about critical water issues at all levels of decision making, from the highest authorities to the general public;
3. to develop a common strategic vision on integrated water resources management on a sustainable basis, and to promote the implementation of effective policies and strategies worldwide;
4. to provide advice and relevant information to institutions and decision-makers on the development and implementation of policies and strategies for sustainable water resources management, with due respect for the environment and social and gender equity; and
5. to contribute to the resolution of issues related to transboundary waters.” World Water Council Constitution. Disponível em: http://worldwatercouncil.org/fileadmin/wwc/About_us/official_documents/Constitution_approved4thGA.pdf Acesso em 18 jun.2009

Por meio:

- “Da criação de uma rede internacional incluindo qualquer indivíduo ou entidade legal, qualquer organização sem fins lucrativos ou qualquer empreendimento, qualquer governo nacional, local ou regional para melhorar a coordenação, intercâmbio de informações e outras atividades necessárias ao setor hídrico;
- Da preparação, organização, co-organização, participação ou patrocínio de qualquer manifestação, colóquio, seminário, fórum, simpósio, *workshop*, conferência ou congresso sobre temas relacionados a água, assim como do *World Water Forum*;
- Da elaboração, edição, co-edição e venda de publicações, em particular aquelas em meio escrito, virtual, eletrônico, visual ou audiovisual, relativos à temática hídrica;
- Da preparação e organização de atividades de treinamento relativos à temática hídrica;
- Da venda de produtos e serviços com vistas à disseminação de informações relativas à temática hídrica. Atividades de consultoria ou a oferta de outros serviços são permitidas, e a realização de tais pode estar condicionada ao pagamento de taxas;
- O estabelecimento de acordos de parceria com Centros Associados cujas ações reforcem ou agreguem valor às atividades do Conselho;
- De qualquer atividade compatível com os objetivos do Conselho e que venha a contribuir para sua consecução⁶⁸.” (tradução livre da autora)

⁶⁸ “In order to achieve these objectives, the World Water Council shall have as means of action:

- the creation of an international network including any individual or legal entity, any non-profit organization or any enterprise, any national, regional or local government to improve coordination, the exchange of information and other necessary activities in the water sector;
- the preparation, organization, co-organization, participation or sponsorship of any manifestation, colloquium, seminar, forum, symposium, workshop, conference, congress on water issues, as well as the *World Water Forum*;
- the drafting, editing, co-editing and sale of any publications and, in particular, of any written, computer, electronic, visual or audiovisual medium with respect to water issues;
- the preparation and organization of training activities with respect to water issues;
- the sale of products and services in order to disseminate information on water issues. Consulting activities or the offering of other services are authorized and any such activities may be for a fee;
- the establishment of partnership agreements with Associate Centres whose action strengthen or add value to the Council’s activities;

Desde seu estabelecimento, o WWC tem trabalhado de forma a cumprir seus objetivos, com ênfase nas atividades que apóiem a consecução dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio⁶⁹. Além de financiar, incentivar e auxiliar o diálogo bi e multilateral, a pesquisa e o debate entre diversos atores envolvidos em atividades referentes ao uso e gerenciamento de recursos hídricos, o WWC também é o responsável pela organização trienal do World Water Forum.

2.2.1 Marrocos – 1997

O fórum é a maior contribuição do conselho à crescente consciência global acerca da situação dos recursos hídricos, através da análise de problemas e compartilhamento de soluções em níveis nunca antes experimentados. Sua primeira edição, realizada em Marrakech, de 21 a 23 de março de 1997, contou com a presença de 250 pessoas entre palestrantes, jornalistas e participantes, produzindo uma declaração ministerial que conclamava

“(...) governos, organizações internacionais, ONGs e os povos do Mundo a trabalharem juntos em parceria renovada com vistas à implantação dos princípios de Mar del Plata e de Dublin, e o capítulo 28 da Agenda 21 para o início de uma “Revolução Azul”, com vistas a garantir a sustentabilidade dos recursos hídricos da Terra.”⁷⁰ (tradução livre da autora)

• any activity compatible with the objectives of the Council and which contributes to their achievement.” World Water Council Constitution. Disponível em: http://worldwatercouncil.org/fileadmin/www/About_us/official_documents/Constitution_approved4thGA.pdf Acesso em 18 jun.2009

⁶⁹ “Durante a reunião da Cúpula do Milênio, realizada em Nova Iorque, em 2000, líderes de 191 nações oficializaram um pacto para tornar o mundo mais solidário e mais justo, até 2015. O sucesso desse grande projeto humanitário só será possível por meio de oito iniciativas que ficaram conhecidas como Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). São eles:

- 1 - Erradicar a extrema pobreza e a fome;
- 2 - Educação básica de qualidade para todos;
- 3 - Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres;
- 4 - Reduzir a mortalidade infantil;
- 5 - Melhorar a saúde das gestantes;
- 6 - Combater o HIV/ AIDS, a malária e outras doenças;
- 7 - Garantir a sustentabilidade ambiental;
- 8 - Estabelecer parcerias para o desenvolvimento.”

Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Disponível em: <http://www.odmbrasil.org.br/> Acesso em: 17 jun. 2009

⁷⁰ “(...)governments, international organizations, NGOs and the peoples of the World to work together in a renewed partnership to put into practice the Mar del Plata and Dublin Principles and Chapter 18 of the Rio

2.2.2 Países Baixos - 2000

Em sua segunda edição, realizada de 17 a 22 de março, em Haia, participaram mais de 5700 pessoas de várias partes do mundo, com o objetivo de compartilhar conhecimento, experiências, e reivindicações. Além dos quase 6000 participantes, a edição da Haia contou também com uma conferência ministerial de menor duração, da qual participaram mais de 100 ministros de vários países. A declaração dessa conferência é um dos documentos internacionais mais controversos sobre o tema, por conter em seu terceiro artigo a necessidade da valoração da água⁷¹ mas não conter referências a formas de financiamento ou à garantia de acesso a quantidades suficientes para a manutenção da vida humana⁷². Dada a coincidência cronológica entre o segundo *World Water Forum* e os protestos de 2000 em Cochabamba, a redação deste artigo foi interpretada por ativistas como sendo a prova cabal de que o WWC e o *World Water Forum* eram, na verdade, mera fachada para a legitimação de interesses escusos de multinacionais da água. Tais acusações são corroboradas pela participação expressiva de representantes de tais empresas em comparação a outros membros, apesar de a maior parte do financiamento das atividades do WWC ser de origem governamental.

Esta edição do Fórum se encerrou em um clima de protestos, incertezas e insatisfação, ainda que tenha atingido resultados sem-precedentes até então no que se refere a comprometimento político em relação ao assunto em questão. Essa repercussão negativa, teve, no entanto, o mérito de catalisar as questões levantadas em Cochabamba, mobilizando jornalistas, acadêmicos e lideranças políticas em torno dos assuntos correlatos à temática hídrica. Um dos frutos dessa insatisfação foi justamente o *Blue Planet Project*, que, desvinculado do WWC, vem atingindo resultados significativos na coordenação e concentração de atividades em cooperação e sincronia com movimentos sociais de várias partes do mundo⁷³.

Summit to initiate a "Blue Revolution" to ensure sustainability of the Earth's water resources." Declaration of Marrakech, 1997. Disponível em: http://worldwatercouncil.org/fileadmin/wwc/Library/Official_Declarations/Marrakech_Declaration.pdf Acesso em: 17 jun. 2009

⁷¹ Ministerial Declaration of the Hague, 2000, article 3. Disponível em: http://www.worldwatercouncil.org/fileadmin/wwc/Library/Official_Declarations/The_Hague_Declaration.pdf Acesso em: 17 jun. 2009

⁷² BBC News, **Water Forum Pledges Action**. 22 Mar. 2000. Disponível em: <http://news.bbc.co.uk/2/hi/europe/686091.stm> Acesso em: 17 jun. 2009

⁷³ Blue Planet Project. **Press Release**. Jan. 2007. Disponível em: <http://www.blueplanetproject.net/resources/news/2007/24-Jan-07.html> Acesso em: 17 jun. 2009.

2.2.3 Japão - 2003

A terceira edição do Fórum foi realizada em Kyoto, de 16 a 23 de março de 2003. Apesar de ainda prevalecerem os interesses corporativos, a participação de 24000 pessoas, de ativistas a técnicos do setor da água; 1000 jornalistas e 130 ministros possibilitou a realização de um fórum que, se não produziu uma declaração que refletisse a diversidade de pontos de vista apresentados nos debates ali realizados, serviu como instrumento para a aproximação de atores que, em outras circunstâncias, não se encontrariam⁷⁴. Os documentos produzidos pela organização do fórum, principalmente o relatório “*World Water Actions: Making Water Flow For All*”⁷⁵, consolidaram os resultados do fórum como pólo do estabelecimento de parâmetros em relação a gerenciamento de recursos hídricos. As principais críticas a essa edição foram referentes à falta de compromisso político em aprofundar as responsabilidades atribuídas aos Estados em relação ao fórum anterior, e a ênfase excessiva dada a grandes projetos (como barragens e transposições) em detrimento de pequenas soluções locais.

Essa edição foi realizada com inúmeras inovações em relação aos fóruns anteriores. Uma delas foi a introdução do *Virtual Water Forum*, por meio do qual pessoas que queriam adiantar as discussões antes do fórum ou não poderiam estar fisicamente presentes ao mesmo puderam enviar suas opiniões, ampliando a participatividade nas atividades do fórum. Consistiu em 166 sessões, divididas em 28 temas e 4 tópicos regionais, nas quais tomaram parte 5500 pessoas de cerca de 160 países. O relatório do WWC analisando o os resultados do fórum nota que apenas 25% das sessões do fórum virtual produziram algum resultado na forma de relatório, e que ainda havia muito a se aprender em termos de superação da barreira virtual-real com relação ao intercâmbio de resultados.

Como o *Virtual Water Forum* ainda restringiria a participação àqueles que tivessem acesso a um computador conectado à Internet, a organização do fórum lançou mão de outra iniciativa pioneira, o *Water Voices Project*. Com a ajuda de voluntários e da participação de

⁷⁴ Fresh Water Action Network http://www.freshwateraction.net/fan/web/w/www_24_en.aspx Acesso em: 17 jun. 2009.

⁷⁵ Compilação de atividades cadastradas junto ao Water Action Unit - estabelecida em 2001 para analisar em que nível os compromissos feitos durante o Fórum da Haia estavam sendo cumpridos, quais ações estavam sendo implementadas e quais das abordagens adotadas obtiveram mais sucesso. Disponível em: <http://www.worldwatercouncil.org/index.php?id=191&L=0%22%20onfocu%20title%3D%20title%3D%20target%3D%20title%3D%20target%3D> Acesso em: 17 jun. 2009.

mais de 170 ONGs ao redor do mundo, o projeto gravou 27.000 mensagens de cidadãos comuns residentes em áreas de difícil acesso. Essas mensagens foram ouvidas, analisadas, selecionadas e repassadas aos participantes do fórum, como motivadoras do debate e como orientações para a definição de ações a serem executadas.

Outra iniciativa pioneira do fórum de Kyoto foi a preocupação de levar os materiais produzidos nas diferentes sessões à reunião Ministerial, de forma a buscar uma maior aproximação entre os discursos e intenções de ação. Além disso, uma sessão informal inédita em que os 170 ministros presentes se reuniram com 300 participantes do fórum procurou dar ainda mais representatividade à declaração ministerial. Apesar disso, a Declaração Ministerial de Kyoto⁷⁶ foi duramente criticada por mais uma vez não conter referências ao direito humano à água, e por ter apenas superficialmente mencionado compromissos já assumidos em Haia, sem aprofundar o comprometimento em transformar as reflexões resultantes daquela semana de debates em ações concretas a curto e longo prazo⁷⁷. As divergências foram tão acentuadas, e a insatisfação com a declaração ministerial e os resultados dos debates tão grandes que foi produzida uma declaração alternativa⁷⁸, capitaneada pelos representantes do Council of Canadians e Polaris Institute, e que representava os valores ignorados pela declaração oficial⁷⁹.

2.2.4 México - 2006

A quarta edição do World Water Forum foi realizada na Cidade do México, de 16 a 22 de março, e apresentou um ligeiro esvaziamento em relação ao fórum de Kyoto – 20000 participantes, 130 ministros e 1300 jornalistas. Ainda refletindo o clima do encerramento da edição anterior, ONGs participantes da rede *Friends of the Right to Water* organizaram um evento paralelo alternativo, o *International Forum in the Defense of the Human Right to Water*, que ocorreu de 17 a 19 de março, patrocinado pela *Fundación Heinrich Böll* e pela

⁷⁶Ministerial Statement of Kyoto. Disponível em: <http://www.mofa.go.jp/POLICY/environment/wwf/declaration.htm> Acesso em: 17 jun. 2009.

⁷⁷BBC News, Water Forum Declaration 'Vague' 23 Mar. 2003 Disponível em: <http://news.bbc.co.uk/2/hi/science/nature/2877899.stm>, Acesso em: 17 jun. 2009.

⁷⁸“Water is Life – A Civil Society World Water Vision for Action” Disponível em: http://www.blueplanetproject.net/documents/Vision_03.pdf Acesso em: 17 jun. 2009.

⁷⁹ FTNG, *Shattering Consensus in Kyoto: Public Citizen's Water for All Campaign*. Disponível em: <http://www.ftng.org/news/index.php?op=read&articleid=624> Acesso em: 17 jun. 2009.

*Coalición de Organizaciones Mexicanas por el Derecho al Agua*⁸⁰. Outras atividades em paralelo, como a marcha do dia 16⁸¹ e a primeira sessão do Latin American Water Tribunal⁸² marcaram as diferenças de opinião que não transpiraram nos relatórios do World Water Council.

Apesar da resistência das ONGs participantes em enxergar algum lado positivo no *World Water Forum*, há que se dar crédito ao presidente do *World Water Council*, Loïc Fauchon, que em seu discurso de abertura fez claro apelo aos participantes do fórum para que dessem a devida importância ao caráter humanitário da água e sua função cultural, e para que reconhecessem o direito à água de forma inegável⁸³. O mesmo discurso foi proferido no dia 16 de março, na abertura do Fórum, e no dia 21, na abertura da Conferência Ministerial. Além disso, na sessão dedicada ao Direito à Água, o presidente Fauchon apresentou pessoalmente o relatório do WWC “*The Right to Water: What Does it Mean and How to Implement it?*”⁸⁴. Os resultados da Conferência foram, ainda assim, frustrantes para aqueles que esperavam alguma mudança em relação às declarações anteriores. A Declaração Ministerial da Cidade do

⁸⁰ The Heinrich Böell Foundation and its engagement in water activities in Mexico City in March. Disponível em: <http://boell-latinoamerica.org/es/web/450.html> Acesso em: 17 jun. 2009.

⁸¹ “The opening day of the WW4F was marked by a massive protest from the Statue of Independence to the Centre Banomex. More than 20,000 mostly peaceful demonstrators passed riot police and a 6.5 kilometer march route in the first ever international march in favor of the human right to water. Among the workers and families marching, hundreds of people with masks, sticks, and other black-block accoutrements and anarchists taunted the police and several small scuffles broke out leading to the arrest, and eventual release of 26 youths allegedly armed with Molotov cocktails. The press focused on the destruction of a police car, which represented the entire march on many of front pages the next morning.” CIEL, *The 4th World Water Forum* Disponível em: http://www.ciel.org/Tae/WW4F_Meno_Mar06.html Acesso em: 17 jun. 2009.

⁸² “The Public Hearing of the Latin American Water Tribunal occurred from March 13-20, 2006. CIEL attended the final conclusions, or reading of the verdicts on March 20th, which consisted of a seven-person panel summarizing the different cases and the calls to action for each case. For example, the outcome of one case involved implications for the United Kingdom (UK). Shipments of waste from British Nuclear Fuels plants in the UK are transported through the Panama Canal on their way to an overseas treatment plant. The Tribunal found that these transports put the communities and eco-systems of the region in great jeopardy and called on the Panamanian government to outlaw them.” CIEL, *The 4th World Water Forum* Disponível em: http://www.ciel.org/Tae/WW4F_Meno_Mar06.html Acesso em: 17 jun. 2009.

⁸³ “First, yes, let’s give back to water its crucial place in our culture, for water is one of the foundations of the world’s heritage, and that asks for and deserves respect. To do this, let’s finally stop wanting to solve the issue of access to water for based on theoretical macroeconomic reasoning, on abstract mathematical models, or on inhumane reorganization plans. Certainly water necessitates intelligence and reason, but above all, it calls for heart and solidarity. Yes, let us assert unambiguously that the right to water is an indispensable element of human dignity. Let us etch in the constitutions of each state, let us engrave this right in the facade of each national and municipal palace, let us write this right in our children’s notebooks in every school, where civic responsibility is learned.” Address of Mr. Loïc Fauchon at the 4th *World Water Forum* opening ceremony Disponível em: http://www.worldwatercouncil.org/fileadmin/wwc/About_us/Governance/President_statements/Discours_en_anglais.doc Acesso em: 17 jun. 2009.

⁸⁴ IISD Summary Report on the 4th *World Water Forum*. Disponível em: <http://www.iisd.ca/download/pdf/sd/ymbvol82num15e.pdf> Acesso em: 17 jun. 2009.

México⁸⁵ continuava apresentando as mesmas falhas apontadas nas declarações de Haia e Kyoto, além de mais uma vez não conter menção alguma ao direito à água ou ao comentário Geral n° 15 do Conselho Econômico e Social⁸⁶. O resultado foi ainda mais decepcionante pelo fato de o país anfitrião enfrentar sérios problemas, tanto com seu vizinho imediato do Norte, como internamente – a Cidade do México tem problemas seríssimos de abastecimento e saneamento básico, principalmente devido a seu crescimento populacional desordenado⁸⁷.

2.2.5 Turquia - 2009

A quinta edição do fórum teve o mais elaborado processo preparatório de todos, com reuniões temáticas, políticas e regionais realizadas periodicamente no período de 2003 a 2006, além do lançamento da plataforma *Virtual Meeting Space*, aberta à participação popular, com acesso disponibilizado 6 meses antes do fórum e que serviu de instrumento democrático para a elaboração do cronograma dos trabalhos e definição dos temas de cada grupo e de cada sessão. Foi a edição mais popular do fórum, com a participação de mais de 33000 pessoas de 192 países, 9 Chefes de Estado, 3 Diretores/Secretários Gerais, 84 Ministros e 19 Vice-ministros, 200 parlamentares e 200 autoridades locais, dos quais 59 eram prefeitos. A cobertura jornalística foi desproporcional à magnitude do evento, com apenas mil jornalistas credenciados para cobrir as diversas sessões, painéis paralelos, *I World Water Expo* e *World Water Fair*, além das sessões do *Virtual Forum*.

A abertura do fórum coincidiu com o lançamento de um relatório da Organização das Nações Unidas pelo *World Water Assessment Programme*, o *Third World Water Development Report: Water in a Changing World*⁸⁸. O documento reflete os apelos da ONU ao fórum por mais comprometimento das autoridades com a responsabilidade de garantir acesso à água e saneamento básico para todos, conforme já definido nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Os trabalhos de 2009 tiveram um início conturbado, com os protestos habituais no

⁸⁵ Ministerial Declaration of Mexico City Disponível em: http://www.worldwatercouncil.org/fileadmin/wwc/World_Water_Forum/WWF4/declarations/Ministerial_Declaration_english.pdf Acesso em: 17 jun. 2009.

⁸⁶ Comentário Geral n° 15. Disponível em: [http://www.unhcr.ch/tbs/doc.nsf/0/a5458d1d1bbd713fc1256cc400389e94/\\$FILE/G0340229.pdf](http://www.unhcr.ch/tbs/doc.nsf/0/a5458d1d1bbd713fc1256cc400389e94/$FILE/G0340229.pdf) Acesso em: 17 jun. 2009.

⁸⁷ HOEDMAN, Olivier, Yamamoto, Nami, **The Tide Turns – But Pro-Privatisation Currents Remain Strong**. Disponível em: <http://archive.corporateeurope.org/water/mexicocity.htm> Acesso em: 17 jun. 2009.

⁸⁸ World Water Assessment Program, **Water in a Changing World**. Disponível em: <http://www.unesco.org/water/wwap/wwdr/wwdr3/> Acesso em: 17 jun. 2009.

dia da abertura tendo sido reprimidos com gás lacrimogêneo e culminando na prisão de 26 ativistas turcos⁸⁹ e a deportação de dois ativistas da *International Rivers* que ousaram protestar pacificamente portando uma faixa com os dizeres ‘*NO MORE RISKY DAMS*’ (‘chega de barragens arriscadas’, em tradução livre)⁹⁰.

O fórum perdeu ainda mais credibilidade com os representantes de ONGs quando a organização do evento negou o pedido do Presidente da Assembleia Geral da ONU, Miguel d’Escoto, de se pronunciar no Fórum⁹¹. Seu discurso⁹², que questionava a legitimidade do fórum e criticava o esboço da Declaração Ministerial, que mais uma vez caracterizava a água como uma *necessidade* e não um *direito*, foi lido por Maude Barlow, *Chairperson* do *Council of Canadians* e Conselheira apontada pelo Presidente d’Escoto para a Assembleia Geral⁹³.

Essa atitude da organização do fórum granjeou ainda mais desprezo dos representantes de ONGs presentes ao *World Water Forum*. Legitimados pelo apoio do Presidente d’Escoto e pela ação policial que, de acordo com protestantes turcos, era motivada pela presença dos “Senhores da Água”, o *Alternative Water Forum 2009*⁹⁴ lançou um movimento pelo fim do *World Water Forum* que tem como principal argumento a incapacidade do evento patrocinado pelo *World Water Council* de responder adequadamente às demandas dos verdadeiros interessados na construção de políticas hídricas sólidas⁹⁵. Nas palavras de Maude Barlow à imprensa, após pronunciamento no *Alternative Water Forum*:

⁸⁹ A violência empregada na repressão ao protesto pode ser melhor compreendida se se derem ouvidos a boatos de ameaça terrorista do PKK (Partido Kurdo dos Trabalhadores) ao fórum. (CAMPANA, Michael E., **5th World Water Forum Report 2: Opening Day and Water Cannon Gala**. Disponível em: <http://aquadoc.typepad.com/waterwired/2009/03/5wwf-report-2-.html> Acesso em: 17 jun. 2009). A conhecida insatisfação dos Kurdos com a perspectiva de construção da represa de Ilisu em território reivindicado por grupos separatistas seria a motivação mais provável para eventuais ataques. (PBS, **The Damned: Five Controversial Dams**. Disponível em: <http://www.pbs.org/wnet/wideangle/episodes/the-damned/five-controversial-dams/turkey/3105/> Acesso em: 17 jun. 2009.)

⁹⁰ Turkey Deports Peaceful Conference Activists Disponível em: <http://news.softpedia.com/news/Turkey-Deports-Peaceful-Conference-Activists-107052.shtml> Acesso em: 17 jun. 2009.

⁹¹ CONANT, Jeff, **Of Dignity and Water and Money and Strife**. Disponível em: <http://worldwaterforum.blogspot.com/2009/03/of-dignity-and-water-and-money-and.html> Acesso em: 17 jun. 2009.

⁹² Council of Canadians, **Press Release** Mar. 2009 Disponível em: http://www.canadians.org/about/Maude_Barlow/UN/WaterForumMarch2009.pdf Acesso em: 17 jun. 2009.

⁹³ Council of Canadians, **Press Release** Mar. 2009 Disponível em: <http://www.canadians.org/media/water/2009/19-Mar-09.html> Acesso em: 17 jun. 2009.

⁹⁴ Alternative Water Forum Disponível em: http://alternatifuorumu.org/en/index.php?option=com_frontpage&Itemid=1 Acesso em: 17 jun. 2009.

⁹⁵ DHARMADHIKARY, Shripad, **World Water Forums: Time to end Them**. Disponível em: http://alternatifuorumu.org/en/index.php?option=com_content&task=view&id=37&Itemid=32 Acesso em: 17 jun. 2009.

O *World Water Forum* está falido de métodos para responder à crescente crise dos recursos hídricos globais, por que eles vinham mantendo uma aderência a uma ideologia que não está funcionando, que falhou dramaticamente. Eu vou lhes contar o que aconteceu aqui. Não é mais sobre o o *World Water Forum*. Foi isso que aconteceu aqui. Nós simplesmente transferimos [o debate], e agora é sobre nós e nosso ponto de vista. O *World Water Forum* está falido. Eles estão falidos de idéias. Francamente, eles estão financeiramente falidos. E eles não têm mais nada a oferecer senão o que já falhou. E o que está claro aqui é que a energia e o compromisso e o brilho das idéias e a mudança cultural vieram juntos. E é daqui que o futuro da água vem, deste movimento ocorrendo nesta sala. Não está saindo de lá [em referência ao *World Water Forum*]. Então nós estamos menos preocupados - quer dizer, se eles quiserem ir a Marselha da próxima vez, deixe-os ir. Não importa. Realmente não importa. A mudança ocorreu aqui. Foi uma transferência de poder. Foi isso o que aconteceu aqui.”⁹⁶ (tradução livre da autora)

Os resultados do *World Water Forum*, e mesmo das discussões realizadas durante os painéis temáticos foram polêmicos, principalmente a respeito do direito humano à água. Por envolver países que já reconhecem o direito humano à água unilateralmente, algumas das sessões foram dedicadas à discussão de melhores práticas referentes à implementação de tais direitos⁹⁷. A despeito de um consenso já consolidado em relação ao Comentário Geral nº15 e outros instrumentos internacionais multilaterais que exprimem tal direito abertamente, ainda se levantavam questões de legitimidade. A diversidade de opiniões, aliada a circunstâncias que contribuíram para que a distância entre atores antagônicos se aprofundasse irremediavelmente pelo resto da semana, e fez com que nem as sessões temáticas

⁹⁶ “The *World Water Forum* is bankrupt of new ways to address the growing water crisis in the world, because they have maintained an adherence to an ideology that is not working, that has dramatically failed. I’ll tell you what happened here. It’s no longer about the World Water Forum. That’s what happened here. We just transferred, and now it’s about us and our vision. The *World Water Forum* is bankrupt. They’re bankrupt of ideas. They’re bankrupt of money, frankly. And they have no other thing to offer but what’s failed. And what’s clear here is that the energy and the commitment and the brilliance and the ideas and the cultural change has come together. And this is where the future of water is coming from, this movement here in this room. It’s not coming from over there. So we will be less concerned—I mean, if they want to go to Marseilles, let them go to Marseilles next time. It won’t matter. It really won’t matter. The change has been here. It’s been a transfer of power. That’s what happened here.” Maude Barlow em entrevista após pronunciamento ao Alternative Water Forum, **Water Rights Activists Blast Istanbul World Water Forum as “Corporate Trade Show to Promote Privatization”** Disponível em:

http://www.democracynow.org/2009/3/23/water_rights_activists_blast_istanbul_world Acesso em: 17 jun. 2009.
⁹⁷ IISD, **Summary of the 5th World Water Forum**. Disponível em: <http://www.iisd.ca/ymb/water/worldwater5/html/ymbvol82num23e.html> Acesso em: 17 jun. 2009.

conseguissem apresentar resultados construídos consensualmente. A Declaração Ministerial publicada no último dia do encontro foi um reflexo do clima descoordenado em que transcorreram as atividades.

De longe o mais longo documento produzido por uma reunião ministerial (5 páginas), a Declaração Ministerial de Istambul é, se analisada individualmente, um enorme avanço em relação às precedentes, por estender nominalmente os compromissos das nações às inúmeras temáticas abordadas em sessões abertas. O artigo 12⁹⁸ representa o reconhecimento da necessidade de resposta a uma das mais insistentes questões apresentadas em relação à implementação do Direito Humano à Água, que é a definição da responsabilidade de cada ator do sistema. Mas todos os esforços em aprofundar compromissos e estabelecer estratégias que levem em conta todas as partes interessadas foram por água abaixo quando, no artigo 15, apesar de reconhecerem o trabalho realizado pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para Direitos Humanos em relação ao Direito Humano à Água, os signatários resumem-se a considerar a água como *necessidade* e não como *direito*:

“Nós reconhecemos as discussões dentro do sistema das Nações Unidas a respeito de direitos humanos e acesso à água potável e saneamento. Nós reconhecemos que o acesso à água potável e saneamento é uma necessidade humana básica.”⁹⁹ (tradução livre da autora)

A redação desse artigo foi realmente controversa, mesmo entre os ministros participantes da conferência. Publicamente, três delegações posicionaram-se contra a inclusão do termo “direito”: Estados Unidos, Egito e, surpreendentemente, Brasil. Essa atitude inesperada granjeou a censura de vizinhos e parceiros diplomáticos como Espanha, Suíça,

⁹⁸“ We will clarify at all levels, as appropriate, the roles, rights and responsibilities of all actors and promote cross-cutting coordination and policies, in particular to provide people with access to water and sanitation as a key to achieve sustainable development while maintaining responsibility in line with social considerations, with national governments and local authorities, and support various forms of partnerships.” **Declaração Ministerial de Istambul.** Disponível em: http://www.worldwatercouncil.org/fileadmin/wwc/World_Water_Forum/WWF5/Ministerial_Statement_22_3_09.pdf Acesso em: 17 jun. 2009.

⁹⁹“15. We acknowledge the discussions within the UN system regarding human rights and access to safe drinking water and sanitation. We recognize that access to safe drinking water and sanitation is a basic human need”. **Declaração Ministerial de Istambul.** Disponível em: http://www.worldwatercouncil.org/fileadmin/wwc/World_Water_Forum/WWF5/Ministerial_Statement_22_3_09.pdf Acesso em: 17 jun. 2009.

Venezuela, Bolívia e Uruguai, que consideraram a atitude como anti-diplomática¹⁰⁰. Em artigo à Folha de São Paulo, publicado em 21 de abril de 2009, Benedito Braga¹⁰¹ explica a tomada de posição da delegação brasileira em uma confusa declaração que, depois de definir brevemente a diferença entre Direitos Civis e Políticos e Direitos Econômicos Sociais e Culturais, afirma que:

“A inserção do acesso à água potável no contexto dos direitos humanos implicaria o fato de todo cidadão do mundo ter esse direito. Países pobres da África e da América Latina que não detêm os recursos financeiros adequados para fazer frente a todas as suas demandas sociais nas áreas de educação, saúde e infraestrutura de energia e transportes seriam obrigados a cumprir essa meta sem ter os meios para tal. A posição brasileira foi muito nobre. Sugeria que esse direito poderia ser aprovado na declaração ministerial desde que fosse incluído na categoria dos direitos econômicos, sociais e culturais.”¹⁰²

A despeito dos resultados apresentados pela organização do *World Water Forum*, 20 ministros¹⁰³ assinaram a *People's Water Forum Declaration 2009*¹⁰⁴, declaração produzida no *Alternative Water Forum*¹⁰⁵, sendo que destes ministros, 9¹⁰⁶ assinaram uma declaração adicional separadamente, reconhecendo o direito humano à água e conclamando os Estados a organizarem um fórum mundial da água no âmbito da Organização das Nações Unidas baseado nos princípios da democracia, participatividade, equidade, transparência e inclusão social.

¹⁰⁰ Folha de São Paulo, **Para vizinhos, Brasil deveria reconhecer água como direito humanos** Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/ambiente/ult10007u537822.shtml> Acesso em: 17 jun. 2009.

¹⁰¹ Vice-Presidente do World Water Council e diretor da Agência Nacional de Água.

¹⁰² BRAGA, Benedito **Água, Direito Humano.** Disponível em: http://ana.gov.br/SalaImprensa/artigos/20090421_AguaDireitoHumano.pdf Acesso em: 17 jun. 2009.

¹⁰³ Bangladesh, Benin, Bolívia, Chad, Chile, Cuba, Equador, Etiópia, Guatemala, Honduras, Marrocos, Namíbia, Niger, Panamá, Paraguai, África do Sul, Espanha, Sri Lanka, Uruguai e Venezuela.

¹⁰⁴ Council of Canadians, **Press Release.** Mar. 2009 Disponível em: <http://www.blueplanetproject.net/resources/news/2009/22-Mar-09.html> Acesso em: 17 jun. 2009.

¹⁰⁵ People's Water Forum Declaration 2009 Disponível em: http://www.canadians.org/water/issues/World_Water_Day/WWF_declaration.html Acesso em: 17 jun. 2009.

¹⁰⁶ Benin, Bolívia, Chile, Cuba, Equador, Honduras, Panamá, Paraguai e Venezuela.

2.3. Posicionamento dos Estados individualmente

Apesar das dificuldades em se atingir um acordo multilateral internacional a respeito do Direito à Água, muitos Estados já o reconhecem individualmente, e/ou pronunciaram-se publicamente acerca desse reconhecimento nos últimos 10 anos. Ao contrário do que se poderia inferir pela declaração supracitada do Vice-Presidente do *World Water Council*, muitos dos países em desenvolvimento da África e América Latina estão profundamente comprometidos com a garantia de acesso à água a seus cidadãos.

Esse direito é garantido constitucionalmente na África do Sul¹⁰⁷, Congo¹⁰⁸, Etiópia¹⁰⁹, Gambia¹¹⁰, Uganda¹¹¹ e Zâmbia¹¹², países economicamente desfavorecidos e que enfrentam toda sorte de desafios internos para atender às necessidades de suas populações, mas cujo aparato estatal nem por isso se furta à responsabilidade de reconhecer seu dever de buscar oferecer a seu povo uma vida digna. Outros países africanos assumem os mesmos compromissos por meio de dispositivos legais específicos.¹¹³

Na América Latina, Venezuela¹¹⁴, Equador¹¹⁵ e Uruguai¹¹⁶ também se posicionaram constitucionalmente sobre o tema. Este ano a Bolívia promulgou uma nova constituição, em

¹⁰⁷ AFRICA DO SUL, **Bill of Rights** (1996), Section 27: (1) Everyone has the right to have access to (a) health care services, including reproductive health care; (b) sufficient food and water; and (c) social security, including, if they are unable to support themselves and their dependants, appropriate social assistance. (2) The state must take reasonable legislative and other measures, within its available resources, to achieve the progressive realization of each of these rights.

¹⁰⁸ CONGO, **Constituição**. (2005) Art.48 :Le droit à un logement décent, le droit d'accès à l'eau potable et à l'énergie électrique sont garantis.

¹⁰⁹ ETIÓPIA, **Constituição**. (1998) Art.90 (1): Every Ethiopian is entitled, within the limits of the country's resources, to food, clean water, shelter, health, education and security of pension. IDEM

¹¹⁰ GAMBIA, **Constituição**. (1996) Art.216 (4): The State shall endeavour to facilitate equal access to clean and safe water. IDEM

¹¹¹ UGANDA, **Constituição**. (1995) Art.14: The State shall endeavour to fulfil the fundamental rights of all Ugandans to social justice and economic development and shall, in particular, ensure that (ii) all Ugandans enjoy rights and opportunities and access to education, health services, clean and safe water, decent shelter, adequate clothing, food, security and pension and retirements benefits.

¹¹² ZÂMBIA, **Constituição**. (1996) Art.112: The State shall endeavour to provide clean and safe water.

¹¹³ Um exemplo disso é a Lei 002/2001 de Burkina Faso, em cujo artigo 2 lê-se: "La loi reconnaît le droit de chacun à disposer de l'eau correspondant a ses besoins et aux exigences élémentaires de sa vie et de sa dignité."

¹¹⁴ VENEZUELA, **Constituição**. (1999) Art. 156: Es de la competencia del Poder Publico Nacional: 29. El régimen general de los servicios públicos domiciliarios y, en especial, electricidad, agua potable y gas.

Art. 304. Todas las aguas son bienes de dominio público de la Nación, insustituibles para la vida y el desarrollo. La ley establecerá las disposiciones necesarias a fin de garantizar su protección, aprovechamiento y recuperación, respetando las fases del ciclo hidrológico y los criterios de ordenación del territorio.

¹¹⁵ EQUADOR **Constituição**. (1998) Art. 23: Sin perjuicio de los derechos establecidos en esta Constitución y en los instrumentos internacionales vigentes, el Estado reconocerá y garantizará a las personas los siguientes:... 20. El derecho a una calidad de vida que asegure la salud, alimentación y nutrición, agua potable, saneamiento ambiental; educación, trabajo, empleo, recreación, vivienda, vestido y otros servicios sociales necesarios.

que o direito a água é tratado como “fundamentalíssimo para a vida”¹¹⁷. Refletindo os resultados dos protestos de 2000, o texto declara que:

“Artigo 16

- I. Toda pessoa tem direito à água e à alimentação.

Artigo 20

- I. Toda pessoa tem direito ao acesso universal e equitativo aos serviços básicos de água potável, saneamento, eletricidade, gás de cozinha, serviços postais e de telecomunicações.

II. É responsabilidade do Estado, em todos os seus níveis de governo, a provisão de serviços básicos através de entidades públicas, mistas, cooperativas ou comunitárias. Nos casos de eletricidade, gás de cozinha e telecomunicações se pode prestar tais serviços mediante contratos com empresas privadas. A provisão de serviços deve responder aos critérios de universalidade, responsabilidade, acessibilidade, continuidade, qualidade, eficiência, eficácia, tarifas equitativas e cobertura necessária; com participação e controle social.

III. A água e o saneamento constituem direitos humanos e não são objeto de concessão nem de privatização.”¹¹⁸ (tradução livre da autora)

Muitos países possuem uma tradição jurídica e política no sentido de reconhecer o direito à água como fundamental e cuja garantia é uma obrigação do Estado, mas não possuem instrumento legal específico, utilizando a interpretação de leis existentes como base para a definição de políticas com vistas à implementação do direito à água. Países como França, Holanda, Alemanha, Suíça e Reino Unido reconhecem a existência de tal direito nessas circunstâncias. O artigo 3 do Decreto de 20 de Novembro de 1966 define que na

¹¹⁶ URUGUAI **Constituição** (2004) Art. 47: El agua es un recurso natural esencial para la vida. El acceso al agua potable y el acceso al saneamiento, constituyen derechos humanos fundamentales.

¹¹⁷ BOLÍVIA, **Constitución Política del Estado**, 2009. Art. 373.

¹¹⁸ “**Artículo 16**

I. Toda persona tiene derecho al agua y a la alimentación.

Artículo 20

I. Toda persona tiene derecho al acceso universal y equitativo a los servicios básicos de agua potable, alcantarillado, electricidad, gas domiciliario, postal y telecomunicaciones.

II. Es responsabilidad del Estado, en todos sus niveles de gobierno, la provisión de los servicios básicos a través de entidades públicas, mixtas, cooperativas o comunitarias. En los casos de electricidad, gas domiciliario y telecomunicaciones se podrá prestar el servicio mediante contratos con la empresa privada. La provisión de servicios debe responder a los criterios de universalidad, responsabilidad, accesibilidad, continuidad, calidad, eficiencia, eficacia, tarifas equitativas y cobertura necesaria; con participación y control social.

III. El agua y alcantarillado constituyen derechos humanos y no son objeto de concesión ni privatización.” BOLÍVIA, **Constitución Política del Estado**, 2009.

Bélgica todos têm direito a um fornecimento mínimo ininterrupto de eletricidade, gás e água para a manutenção da vida humana com dignidade.

O reconhecimento do Direito Humano à Água e Saneamento por cada Estado certamente não garante que ele seja implementado imediatamente, nem que ele seja cumprido. Ainda assim, permite à população que vive sob aquelas leis o subsídio legal para questionar, acompanhar e cobrar de seus governantes definições políticas e atitudes que levem à gradual melhoria das condições de acesso, qualidade e conservação do suprimento disponível.

3. DA CONSOLIDAÇÃO INTRA-ONU DO DIREITO HUMANO À ÁGUA

Há inúmeras interpretações e explicações acerca dos fatores que levaram aos protestos bolivianos e seu desfecho, muitas delas de cunho político-econômico baseadas em abordagens completamente antagônicas, cada qual com seu devido valor para melhor possibilitar a compreensão do momento pelo qual passou o país. O confronto aberto pelo poder transformou o episódio em um ícone de várias causas. Mas o maior legado da revolta cochabambina foi ter intensificado a nível global o debate acerca de uma situação por muito tempo subestimada, que é a questão do direito de acesso à água potável de qualidade em quantidade suficiente para satisfazer as necessidades humanas. O conflito entre o público e o privado, os costumes e a gestão tecnocrática de recursos trouxe à baila importantes questões relativas à temática hídrica. Como equilibrar oferta e demanda? A água deve ser precificada? É um bem econômico ou social? Sendo puramente econômico, os que não podem pagar pelo seu acesso e uso, devem ter acesso a uma parcela mínima para sobrevivência? Haveria então um direito humano à água? O que está incluso nesse direito? Quem o garantiria? De quem cobrar que fosse respeitado?

Essas e outras questões já vinham sendo levantadas há décadas, porém ganharam maior atenção e interesse com a série de protestos populares relativos a fornecimento de água em países em desenvolvimento. Além disso, a questão do comércio canadense de água a grandes volumes, os conflitos internos a respeito de acesso a água nos Estados Unidos e situações de má prestação de serviços na Inglaterra e França provaram que conflitos de uso, gerenciamento e destinação de recursos hídricos não são privilégio de países em desenvolvimento ou com governos corruptos¹¹⁹. Os *World Water Fora* serviram como pólo agregador desses diferentes pontos de vista, trazendo à tona questões há muito ignoradas. As mudanças estruturais pelas quais passam as sociedades - menor participação do governo, maior participação da iniciativa privada, crescimento do terceiro setor e apatia política das populações em geral - exigem que se rediscutam direitos e deveres de cada um¹²⁰.

3.1 O direito humano à água e a saneamento – o que deve ser?

¹¹⁹ BARLOW, Maude. **Ouro Azul**. São Paulo: Makron Books, 2003 p. 227-231.

¹²⁰ DUPAS, Gilberto. **Tensões Contemporâneas Entre o Público e o Privado**. São Paulo: Paz e Terra, 2003 p. 15.

O direito à água é geralmente dividido em dois níveis: um referente ao compartilhamento de recursos hídricos transfronteiriços, como é o caso do rio Danúbio, do rio Nilo, do rio Amazonas e do Aquífero Guarani, casos emblemáticos a nível internacional. Esse nível pode também ser observado na interação entre porções distintas de uma mesma unidade territorial, como se pode observar no caso do Rio Colorado, nos Estados Unidos, que além de ser alvo de uma disputa internacional com o México, o é também a nível nacional entre os vários estados independentes que disputam o direito de transposição, navegação, represamento e uso de suas águas. O segundo nível refere-se à destinação direta do consumo de tais águas – seja agricultura, pecuária, indústria, ou doméstico. A definição específica de prioridades de uso passa por vários distintos atores, podendo ser definida constitucionalmente, por lei estadual, federal, municipal, ou mesmo pelos costumes, a depender da região e/ou do Estado Nacional.

O que tratamos neste trabalho refere-se a esse segundo, mas não menos importante, nível do direito à água, no que diz respeito ao direito individual de consumo e acesso a porções quantitativa e qualitativamente suficientes para a manutenção de uma vida digna, conforme os princípios definidos na Declaração Universal dos Direitos Humanos. Stephen McCaffrey¹²¹ analisa em um artigo pioneiro sobre o tema que o reconhecimento de tal direito é importante para evitar que os Estados façam uso do controle dos recursos hídricos em seu poder de forma a intimidar vizinhos, e também para evitar que esse acesso seja negado a refugiados, por meio de seu reassentamento em regiões que não ofereçam condições de atender suas necessidades hídricas.

McCaffrey analisa a DUDH e os Pactos Internacionais de Direitos Humanos e conclui que, se há um direito à água, ele deve ser inferido a partir dos termos desses instrumentos. O estudo que ele fez parte do artigo 25 da DUDH:

“Toda pessoa tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito à

¹²¹ MCCAFFREY, Stephen. Water, Human Rights and Sustainable Development. **Derechos Humanos, Desarrollo Sustentable y Medio Ambiente**. San José da Costa Rica: Instituto Interamericano de Derechos Humanos, p. 99-115.

segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência fora de seu controle.”

Como Declaração da Assembléia Geral, a DUDH é um documento não-vinculante, i.e., não gera obrigações para os Estados. De acordo com ele, a interpretação dos princípios estabelecidos nessa Declaração estaria fortemente ligada às provisões da Carta das Nações Unidas. Sendo tais provisões em sua grande maioria relativas a “direitos de liberdade”, e sendo o artigo 25 relativo a “direitos de bem-estar social”, teria ainda menos status vinculante, e mesmo que houvesse tal peso, o direito à água ainda teria de ser inferido a partir do direito a um padrão de vida adequado, explicitado no artigo.

Examinando o direito à água sob a luz do Pacto Internacional em Direitos Econômicos Sociais e Culturais, McCaffrey nota que se considerado sob o artigo 11 do Pacto, também não haveria efeito vinculante, já que os estados partes do PIDESC estão apenas comprometidos com a implementação progressiva das obrigações ali assumidas. Passando então ao Pacto Internacional em Direitos Civis e Políticos, ele analisa o artigo 6:

“O direito à vida é inerente à pessoa humana. Este direito deve ser protegido pela lei: ninguém pode ser arbitrariamente privado da vida.”

O texto, interpretado sob a perspectiva de que a não garantia de uma quantidade mínima de água para consumo é uma forma de privação da vida, implicaria a existência de tal direito. No entanto, a interpretação corrente era de que o artigo refere-se apenas à privação arbitrária da vida pelo Estado, no que se refere à negação intencional dos meios para a manutenção da mesma e na prática ou tolerância de atos positivos no sentido de privação da vida. A garantia de acesso a água, exigindo um comprometimento proativo por parte do Estado, não se encaixaria nessa categoria. Voltando ao artigo 11 do PIDESC, McCaffrey conclui que, ainda que não seja o ideal, o reconhecimento do direito à água na categoria de Direito Econômico Social e Cultural já seria um importante e positivo passo à frente.

A partir daí, McCaffrey discute o escopo do direito à água e suas implicações, que corresponderiam “at the very minimum, of a right to a sufficient supply of safe drinking water to sustain life”. Sob esse aspecto, fica complicado encaixar o direito à água como Civil e Político ou Econômico, Social e Cultural, já que o seu reconhecimento implicaria uma

obrigatoriedade do Estado de prover sua população com um suprimento mínimo de água. A flexibilidade da implementação progressiva dos DESC não seria capaz de responder adequadamente ao caráter urgente e vital da implementação de tal direito, assim como a interpretação corrente não permitiria sua implementação imediata sob a alcinha de DCP.

McCaffrey então questiona a divisibilidade dos direitos humanos sob os dois protocolos, dadas as características ambivalentes das atitudes a serem tomadas e ações a serem implementadas sob as condições de cada Pacto, concluindo que não há como manter a separação entre direitos “positivos” e “negativos”, e que há a necessidade de se rever as prioridades de implementação de direitos básicos para a manutenção da vida, tais como o direito à água e a alimentação.

Peter Gleick retoma o artigo de McCaffrey como base para sua argumentação, reconhecendo que, apesar de o ímpeto inicial dos acordos em matéria de direitos humanos ser responder a violações de valores morais e padrões relativos a violência e perda de liberdades, mais recentemente a comunidade internacional expandiu o espectro dos acordos e direitos reconhecidos para abarcar uma gama maior de temas relacionados ao bem-estar humano¹²². Da análise dos instrumentos internacionais então existentes em matérias de direitos humanos, Gleick observa que referência clara ao direito à água só é feita na Convenção dos Direitos da Criança, e conclui:

“Uma revisão detalhada de acordos internacionais legais e institucionais relevantes para a matéria apóia a conclusão de que os redatores implicitamente consideravam a água como um recurso fundamental. Ademais, vários dos direitos explicitamente protegidos por tratados de direito internacional, especificamente aqueles garantindo o direito à alimentação, saúde humana e desenvolvimento, não podem ser atingidos ou garantidos sem que se garanta também acesso básico a água potável.”¹²³
(tradução livre da autora)

¹²² GLEICK, Peter. The Human Right to Water. In: Pacific Institute. **Water Policy**. Disponível em: http://www.pacinst.org/reports/basic_water_needs/human_right_to_water.pdf Acesso em: 17 jun. 2009.

¹²³ “A detailed review of international legal and institutional agreements relevant to these questions supports the conclusion that the drafters implicitly considered water to be a fundamental resource. Moreover, several of the explicit rights protected by international rights conventions and agreements, specifically those guaranteeing the rights to food, human health, and development, cannot be attained or guaranteed without also guaranteeing access to basic clean water.” GLEICK, Peter. The Human Right to Water. In: Pacific Institute. **Water Policy**.

A respeito do supracitado artigo 25 da DUDH, Gleick comenta que

“O debate acerca da redação deixa claro que provisões específicas referentes à alimentação, vestuário, moradia, entre outros, não tinham a intenção de esgotar a lista, mas sim de representar ou indicar “elementos componentes de um padrão de vida adequado.”¹²⁴ (tradução livre da autora)

Pelo fato de a DUDH incluir direitos com características mais genéricas, como o direito ao trabalho, Gleick conclui que os redatores consideravam a água como um dos “elementos componentes”, tão fundamental quanto o ar, dada a dependência da garantia de uma quantidade mínima de água para o estabelecimento de um padrão de vida adequado, nos termos da Declaração. E mesmo para aqueles que fazem uma interpretação literal dos direitos enumerados no artigo, dentro da defesa do direito à alimentação infere-se a necessidade de provisão de água em quantidade suficiente para garantir o cultivo de alimentos de forma a atingir a efetiva satisfação desse direito.

Em relação ao PIDESC, Gleick defende a posição de que, analisando-se o artigo 11 sob a perspectiva da indivisibilidade dos direitos humanos, pode-se chegar às mesmas conclusões que a respeito da DUDH:

“Art. 11 - 1. Os estados-partes no presente Pacto **reconhecem o direito de toda pessoa a um nível de vida adequado para si próprio e para sua família, inclusive à alimentação, vestimenta e moradia adequadas, assim como uma melhoria contínua de suas condições de vida.** Os Estados-partes tomarão medidas apropriadas para assegurar a consecução desse direito, reconhecendo, nesse sentido, a importância essencial da cooperação internacional fundada no livre consentimento.

Disponível em: http://www.pacinst.org/reports/basic_water_needs/human_right_to_water.pdf Acesso em: 17 jun. 2009.

¹²⁴ “The debate around the wording makes clear that the specific provisions for food, clothing, housing, and so on were not meant to be all-inclusive, but representative or indicative of the “component elements of an adequate standard of living” GLEICK, Peter. The Human Right to Water. In: Pacific Institute. **Water Policy**. Disponível em: http://www.pacinst.org/reports/basic_water_needs/human_right_to_water.pdf Acesso em: 17 jun. 2009.

2. Os Estados-partes no presente Pacto, reconhecendo o **direito fundamental de toda pessoa de estar protegida contra a fome**, adotarão, individualmente e mediante cooperação internacional, as medidas, inclusive programas concretos, que se façam necessários para:

a) Melhorar os métodos de produção, conservação e distribuição de gêneros alimentícios pela plena utilização dos conhecimentos técnicos e científicos, pela difusão de princípios de educação nutricional e pelo aperfeiçoamento ou reforma dos regimes agrários, de maneira que se assegurem a exploração e a utilização mais eficazes dos recursos naturais.

b) Assegurar uma repartição equitativa dos recursos alimentícios mundiais em relação às necessidades, levando-se em conta os problemas tanto dos países importadores quanto dos exportadores de gêneros alimentícios.” (grifo nosso)

Em relação ao artigo 12 há uma ligação indiscutível entre a garantia de direito à água potável e saneamento e o pleno exercício do direito de desfrute individual de sua saúde física e mental, dadas as estatísticas que mostram que o consumo de água em quantidade insuficiente ou de qualidade duvidosa é uma das maiores causas de doenças e mortalidade no mundo¹²⁵.

“Art. 12 - 1. Os Estados-partes no presente Pacto reconhecem o **direito de toda pessoa de desfrutar o mais elevado nível de saúde física e mental.**

2. As medidas que os Estados-partes no presente Pacto deverão adotar, com o fim de assegurar o pleno exercício desse direito, incluirão as medidas que se façam necessárias para assegurar:

a) A diminuição da mortalidade e da mortalidade infantil, bem como o desenvolvimento das crianças.

b) A melhoria de todos os aspectos de higiene do trabalho e do meio ambiente.

c) **A prevenção e o tratamento das doenças epidêmicas, endêmicas, profissionais e outras, bem como a luta contra essas doenças.**

d) A criação de condições que assegurem a todos assistência médica e serviços médicos em caso de enfermidade.” (grifo nosso)

¹²⁵ CLARKE, Robin, KING, Janet. **O Atlas da Água**. São Paulo: Publifolha, 2005. p. 47-57

Analisando o artigo 6 do PIDCP, Gleick cita decisão do Comitê de Direitos Humanos, segundo a qual:

“(…) o direito à vida tem sido frequentemente interpretado muito estreitamente. A expressão ‘direito inerente à vida’ não pode ser compreendida adequadamente de forma restrita, e a proteção desse direito requer que os Estados adotem medidas positivas.”¹²⁶

E conclui que o direito explícito à vida e os direitos mais amplos à saúde e à alimentação devem, no mínimo, incluir o direito de água de qualidade apropriada e em quantidade suficiente para manter a vida; sendo que a assunção do contrário significaria a negação do direito mais importante à satisfação dos direitos previamente mencionados.

Gleick também analisa declarações de Estados em reuniões internacionais, que ainda que não tenham o mesmo peso dos pactos e declarações de direitos humanos, oferecem fortes evidências de intenções políticas que refletem os pontos de vista dos Estados. Começa por relembrar a Declaração de Mar del Plata, em que se reconhecia explicitamente o direito de acesso a água para necessidades básicas¹²⁷, e então envereda pela questão do Direito ao Desenvolvimento, explicitado em Declaração de 1986, e que enumera a água como recurso básico para o desenvolvimento. Além disso, Gleick analisa que apesar de os tratados em matéria de direitos humanos não fazerem menção específica a um direito à água, os países em geral tendem a adotar práticas estatais que demonstram seu reconhecimento, e mais recentemente, ao reconhecimento explícito de tal direito constitucionalmente.

Sua definição de um direito humano à água trabalha a noção de parâmetros mínimos dentro do já exposto direito a uma vida digna, em uma quantidade final de 50 litros, divisível entre 5 litros para consumo direto, 20 litros para saneamento e higiene pessoal, 15 litros para banho e 10 litros para uso culinário. A perspectiva de “guerras da água” o leva a concordar com McCaffrey, que indicava uma interpretação ampla da legislação internacional, de forma a facilitar a implementação do direito à água tão rápida e amplamente quanto possível.

¹²⁶ “(…) the right to life has been too often narrowly interpreted. The expression ‘inherent right to life’ cannot properly be understood in a restricted manner, and the protection of this right requires that States adopt positive measures” United Nations. **General Comments of the Human Rights Committee of the International Covenant on Civil and Political Rights**. UN Doc. CCPR/C/21/Rev.1, Nova York: United Nations Publications, mar 1989.

¹²⁷ “(…) all peoples, whatever their stage of development and their social and economic conditions, have the right to have access to drinking water in quantities and of a quality equal to their basic needs.”

3.2 O debate sobre a existência do direito humano à água e saneamento na ONU

Em 1997 a Sub-Comissão pela Promoção e Proteção de Direitos Humanos do Conselho Econômico e Social conduziu estudos no mesmo sentido, tendo por motivação a recorrente negação da existência do direito à água que acometia igualmente países desenvolvidos e em desenvolvimento, e indicando El Hadji Guissé como *Special Rapporteur*. Os estudos resultaram no Comentário Geral nº15, adotado pelo Comitê para Direitos Econômicos, Sociais e Culturais em 29 de novembro de 2002¹²⁸, que definia o direito humano a água¹²⁹ e suas bases no direito internacional. O estudo o inclui sob os artigos 11 e 12 do PIDESC, tal qual defendido por McCaffrey e Gleick. O Comentário também considera que o direito à água vem sendo continuamente objeto de acompanhamento, por meio dos relatórios periódicos de cada Estado. Nota ainda que apesar de ser um elemento sujeito a múltiplas demandas de uso, a prioridade de alocação será para usos domésticos e pessoais, para prevenção de doenças ou mortes por inanição, assim como para a consecução das obrigações fundamentais de cada direito listado no Pacto¹³⁰.

O Comentário prossegue, definindo direitos e liberdades, e que a água deve ser tratada primariamente como um bem social e cultural, e não como um bem econômico. Define parâmetros de disponibilidade, qualidade e acessibilidade a serem perseguidos, sendo que a acessibilidade refere-se tanto à proximidade das instalações como de sua acessibilidade econômica, e da garantia de acesso a todos sem discriminação, inclusive e principalmente às populações mais marginalizadas e vulneráveis. Delega ao Estado a obrigação de garantir tais direitos, ainda que por meio de subsídios, e esclarece que, ainda que o PIDESC preveja uma

¹²⁸ Comentário Geral nº 15. Disponível em: http://www2.ohchr.org/english/issues/water/docs/CESCR_GC_15.pdf Acesso em: 17 jun. 2009.

¹²⁹ “2. The human right to water entitles everyone to sufficient, safe, acceptable, physically accessible and affordable water for personal and domestic uses. An adequate amount of safe water is necessary to prevent death from dehydration, to reduce the risk of water-related disease and to provide for consumption, cooking, personal and domestic hygienic requirements.” Comentário Geral nº 15. Disponível em: http://www2.ohchr.org/english/issues/water/docs/CESCR_GC_15.pdf Acesso em: 17 jun. 2009.

¹³⁰ 6. Water is required for a range of different purposes, besides personal and domestic uses, to realize many of the Covenant rights. For instance, water is necessary to produce food (right to adequate food) and ensure environmental hygiene (right to health). Water is essential for securing livelihoods (right to gain a living by work) and enjoying certain cultural practices (right to take part in cultural life). Nevertheless, priority in the allocation of water must be given to the right to water for personal and domestic uses. Priority should also be given to the water resources required to prevent starvation and disease, as well as water required to meet the core obligations of each of the Covenant rights. Comentário Geral nº 15. Disponível em: http://www2.ohchr.org/english/issues/water/docs/CESCR_GC_15.pdf Acesso em: 17 jun. 2009.

realização progressiva das obrigações subscritas, várias delas são de implementação imediata (art.17) ¹³¹.

O documento também faz referência a atitudes dos Estados que interfiram direta ou indiretamente na fruição de tais direitos, recomendando um espírito de cooperação e respeito para com os vizinhos¹³²; também recomenda que os Estados tomem atitudes positivas no sentido de prevenir que seus cidadãos e empresas violem o direito à água de indivíduos e comunidades em outros países. O Comentário Geral responde muito bem à maior parte dos questionamentos levantados em situações de conflito de interesses em relação ao direito humano à água e a saneamento, sendo um instrumento de importância fundamental para a clarificação dos direitos e deveres de Estados, Organismos Internacionais e Organizações Não Governamentais.

Apesar de o Comentário representar o primeiro marco rumo ao reconhecimento do direito humano à água como direito fundamental a nível internacional, estudos continuaram sendo conduzidos em busca de um consenso acerca das normas jurídicas que embasariam tal direito, de forma a buscar um consenso dentro do CDH. Em 2006, o Alto Comissariado das Nações Unidas para Direitos Humanos realizou uma consulta aberta a fim de reunir pontos de vista diversificados a respeito do tema. A consulta envolveu vários níveis de interessados: governos, instituições acadêmicas, organizações da sociedade civil e empresas privadas da área. O resultado da análise dessas contribuições foi encaminhado à Assembleia Geral em agosto de 2007, como *annual report*¹³³.

¹³¹ “17. While the Covenant provides for progressive realization and acknowledges the constraints due to the limits of available resources, it also imposes on States parties various obligations which are of immediate effect. States parties have immediate obligations in relation to the right to water, such as the guarantee that the right will be exercised without discrimination of any kind (art. 2, para. 2) and the obligation to take steps (art. 2, para.1) towards the full realization of articles 11, paragraph 1, and 12. Such steps must be deliberate, concrete and targeted towards the full realization of the right to water.” Comentário Geral nº 15. Disponível em: http://www2.ohchr.org/english/issues/water/docs/CESCR_GC_15.pdf Acesso em: 17 jun. 2009.

¹³² 31. To comply with their international obligations in relation to the right to water, States parties have to respect the enjoyment of the right in other countries. **International cooperation requires States parties to refrain from actions that interfere, directly or indirectly, with the enjoyment of the right to water in other countries.** Any activities undertaken within the State party’s jurisdiction should not deprive another country of the ability to realize the right to water for persons in its jurisdiction. Comentário Geral nº 15. Disponível em: http://www2.ohchr.org/english/issues/water/docs/CESCR_GC_15.pdf Acesso em: 17 jun. 2009.

¹³³ Report of the United Nations High Commissioner for Human Rights on the scope and content of the relevant human rights instruments. Disponível em: <http://daccessdds.un.org/doc/UNDOC/GEN/G07/136/55/PDF/G0713655.pdf?OpenElement> Acesso em: 17 jun. 2009.

Segundo o relatório, menos ousado e de teor mais vago em comparação com o Comentário Geral nº15, ainda há necessidade de estudo do tema, pois a própria existência de um direito a água seria contestável, em termos de ser um direito per se, ou se obrigações referentes a outros direitos humanos não criariam essa vinculação. Além disso, levando-se em conta a questão do saneamento, haveria ainda a necessidade de se estabelecer o conteúdo normativo das obrigações vinculadas à sua consecução¹³⁴. Apesar de refletir a ausência de consenso existente nas discussões do Conselho e mesmo nos relatórios governamentais¹³⁵ entregues em resposta à consulta aberta, a Alta Comissária incluiu nas conclusões um parágrafo onde expressa suas opiniões sobre o tema¹³⁶, e anexa duas listas ao relatório, a primeira contendo tratados internacionais relevantes com referência específica ao direito à água e saneamento, e a segunda listando princípios e *guidelines* relevantes especificamente referentes ao direito à água e saneamento, contidos em documentos internacionais, e que subsidiavam a posição interpretativa utilizada na elaboração do Comentário Geral nº 15

Após a publicação deste relatório, o Conselho de Direitos Humanos recebeu várias declarações a respeito do tema por parte de ONGs em caráter consultivo especial. As ONGs convidadas entre 2006 e 2009 foram: *International Environmental Law Research Centre (IELRC)*, *Centre of Housing Rights and Evictions (COHRE)*, *Human Rights Advocates (HRA)*, *International Education Development (IED)* *Federación de Asociaciones de Defensa*

¹³⁴ “46. However, the debate is still open as to whether access to safe drinking water and sanitation is a human right, notably in relation to the following points: (a) whether access to safe drinking water is a right on its own or whether obligations in relation to access to safe drinking water and sanitation are derived from other human rights, such as the right to life, the right to health, the right to food or the right to an adequate standard of living; (b) the normative content of human rights obligations in relation to access to sanitation.” Report of the United Nations High Commissioner for Human Rights on the scope and content of the relevant human rights obligations related to equitable access to safe drinking water and sanitation under international human rights instruments. Disponível em: : <http://daccessdds.un.org/doc/UNDOC/GEN/G07/136/55/PDF/G0713655.pdf?OpenElement> Acesso em: 17 jun. 2009.

¹³⁵ Especificamente, o relatório dos Estados Unidos nega reconhecimento da existência de um direito à água internacional, e questiona a expressão “direito a água e saneamento”, empregada habitualmente nos trabalhos conduzidos até o momento, por não reconhecer a existência de um direito a saneamento, já que não há documentos que a ele façam menção.

¹³⁶ “66. The United Nations High Commissioner for Human Rights believes that it is now time to consider access to safe drinking water and sanitation as a human right, defined as the right to equal and non-discriminatory access to a sufficient amount of safe drinking water for personal and domestic uses - drinking, personal sanitation, washing of clothes, food preparation and personal and household hygiene - to sustain life and health. States should prioritize these personal and domestic uses over other water uses and should take steps to ensure that this sufficient amount is of good quality, affordable for all and can be collected within a reasonable distance from a person’s home.” Report of the United Nations High Commissioner for Human Rights on the scope and content of the relevant human rights obligations related to equitable access to safe drinking water and sanitation under international human rights instruments. Disponível em: : <http://daccessdds.un.org/doc/UNDOC/GEN/G07/136/55/PDF/G0713655.pdf?OpenElement> Acesso em: 17 jun. 2009.

y Promoción de los Derechos Humanos, International Youth and Student Movement for the United Nations (ISMUN), the Union of Arab Jurists, the International Organization for the Elimination of All forms of Racial Discrimination (EAFORD), the General Arab Women Federation, North-South XXI, the Women's International League for Peace and Freedom (WILPF), the Arab Lawyers Union, the Indian Movement (TUPAJ AMARU), the General Federation of Iraqi Women (GFIW), the United Towns Agency for the North-South Cooperation, the International Association of Democratic Lawyers, International Educational Development - Humanitarian Law Project, the Women International Democratic Federation (WIDF), e the Association of Humanitarian Lawyers.

Em 2007, o Conselho de Direitos Humanos publicou uma resolução em que aponta um especialista independente para um mandato de três anos, com vistas à condução de estudos mais detalhados acerca do escopo e conteúdo das obrigações referentes à proteção de direitos humanos no que concerne ao acesso à água, tendo por tarefas:

“ (a) Estabelecer diálogo com Governos, órgãos relevantes das Nações Unidas, setor privado, autoridades locais, instituições nacionais de direitos humanos, organizações da sociedade civil e instituições acadêmicas, para identificar, prover e trocar idéias sobre as melhores práticas relativas ao acesso à água potável e saneamento, e, a esse respeito, preparar um compêndio de tais práticas;

(b) Dar continuidade ao trabalhos por meio da condução de estudos em cooperação com e refletindo os pontos de vista de Governos e órgãos relevantes das Nações Unidas, e em cooperação com o setor privado, autoridades locais, instituições nacionais de direitos humanos, organizações da sociedade civil e instituições acadêmicas, para maiores elucidações a respeito do conteúdo das obrigações em matéria de direitos humanos, incluindo obrigações de não-discriminação, em relação ao acesso à água potável e saneamento;

(c) Fazer recomendações que possam auxiliar a realização dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, particularmente o Objetivo7;”¹³⁷

¹³⁷ “(a) To develop a dialogue with Governments, the relevant United Nations bodies, the private sector, local authorities, national human rights institutions, civil society organizations and academic institutions, to identify, promote and exchange views on best practices related to access to safe drinking water and sanitation, and, in that regard, to prepare a compendium of best practices;

(b) To advance the work by undertaking a study, in cooperation with and reflecting the views of Governments and relevant United Nations bodies, and in further cooperation with the private sector, local authorities, national

A indicação de especialista independente denota o comprometimento da Organização das Nações Unidas com o tema, ainda que o texto da resolução que estabelece seu mandato faça menção apenas a “obrigações de direitos humanos em relação ao acesso à água potável e saneamento”, refletindo a não-existência de um consenso dentro do Conselho a respeito do uso da expressão “direito humano à água e saneamento”.

Tendo assumido o mandato de especialista independente em 1º de novembro de 2008, a portuguesa Catarina de Albuquerque reportou-se à décima sessão do Conselho de Direitos Humanos em 29 de fevereiro de 2009, estabelecendo um plano de ações para o primeiro ano de trabalho e definindo como prioridade a condução de estudos relativos a boas práticas, e à priorização de trabalhos em relação ao acesso a saneamento e o conteúdo normativo de direitos humanos referentes ao tema, muito menos discutido que o já pouco popular direito a água, mas foco principal do ODM 7, citado especificamente em seu mandato¹³⁸. A condução de estudos a respeito disso teria por objetivo a elaboração de um Comentário Geral sobre o direito a saneamento, que auxiliaria os representantes do CDH a dirimirem dúvidas em relação à legitimidade do mesmo. Ademais, pela característica de seu mandato, a especialista independente também trabalha como observadora, reportando eventuais violações de direitos humanos em matéria de acesso a água e saneamento¹³⁹.

Apesar de não haver ainda menção à criação de documento específico sobre o direito humano à água e saneamento conforme solicitado por ONGs de todo o mundo, as atividades do CDH demonstram que, se não há consenso internacional que permita a produção de uma declaração a respeito, há ao menos a busca por definições mais precisas e uma intenção de consolidação de prática internacional costumeira em relação à perseguição de melhores padrões de acesso e qualidade de água e saneamento.

human rights institutions, civil society organizations and academic institutions, on the further clarification of the content of human rights obligations, including non-discrimination obligations, in relation to access to safe drinking water and sanitation;” HUMAN RIGHTS COUNCIL, Resolution 7/22 Disponível em: http://ap.ohchr.org/documents/E/HRC/resolutions/A_HRC_RES_7_22.pdf Acesso em: 17 jun. 2009.

¹³⁸ HUMAN RIGHTS COUNCIL, Report of the independent expert on the issue of human rights obligations related to access to safe drinking water and sanitation. Disponível em: <http://www2.ohchr.org/english/bodies/hrcouncil/docs/10session/A.HRC.10.6.pdf> Acesso em: 17 jun. 2009.

¹³⁹ HUMAN RIGHTS COUNCIL, Address of the independent expert on the issue of human rights obligations related to access to safe drinking water and sanitation to the UNSGAB’s 12th meeting. Disponível em: <http://www2.ohchr.org/english/issues/water/iexpert/docs/UNSGAB.22052009.doc> Acesso em: 17 jun. 2009.

CONCLUSÃO

Esse estudo analisou, em primeiro lugar, as tradições culturais historicamente observáveis em relação ao gerenciamento de recursos hídricos e critérios para definição de prioridades de acessibilidade, assim como as lógicas inerentes à escolha de tais critérios, encontrando sempre o caráter comunitário como método de gerenciamento de sucesso, e o respeito à vida humana como critério básico para a definição de prioridades de acesso e alocação de recursos.

Em segundo lugar, observou a mudança desses padrões em função da alteração das estruturas sociais decorrentes das revoluções industriais. Em seguida, pelo estudo da evolução da construção normativa do direito internacional em matérias correlatas ao gerenciamento de recursos hídricos e à proteção de direitos humanos, observou-se a não existência de tratado específico sobre a matéria.

A pesquisa a respeito de dois movimentos sociais distintos, mas motivados pelo mesmo fim da preservação dos caracteres comunitário e social da relação humana com a água, demonstrou que as alterações sociais estruturais decorrentes da modificação do modelo econômico não foram capazes de atender adequadamente as necessidades sociais em relação ao abastecimento de água e preservação da disponibilidade hídrica para gerações futuras quando da substituição de modelos de gerenciamento baseados na capitalização de serviços de abastecimento de água.

O estudo da implementação de um fórum internacional de debate fora do âmbito da ONU sob os auspícios do *World Water Council* mostra que a pluralidade de atores envolvidos e os interesses conflitantes requerem o estabelecimento de canais de comunicação que permitam a participação de representantes de todas as partes afetadas pelas decisões tomadas.

A questão do debate acerca da legitimidade das reivindicações populares a respeito do direito humano à água mostra o conflito entre a tradição e as novas estruturas que, organizadas em torno de valores econômicos baseados nas relações de custo e eficiência, renegam a perspectiva social do acesso à água.

No entanto, nota-se que dada a paralelidade histórica das primeiras consultas do Comitê de Direitos Humanos em matéria de direito humano à água e saneamento, e a fundação do *World Water Council* com o objetivo de estabelecer um fórum democrático de debate a todos os interessados, a ONU demonstrou proatividade no sentido de levantar dados sobre o panorama da questão do direito humano à água e saneamento. A iniciativa do fórum sob a responsabilidade de um conselho composto majoritariamente por representantes de empresas de atividades relacionadas ao saneamento, comércio e abastecimento hídrico provou-se pouco adequada, pela superposição dos interesses econômicos em detrimento da participatividade que motivou o estabelecimento de tal instituição.

A coordenação de movimentos sociais e a intensidade de sua resposta, posicionando-se firmemente pela proteção dos interesses comunitários demonstrou claramente que a aplicação pura de lógicas de mercado leva ao conflito, e que é preciso o estabelecimento de canais de comunicação que sejam capazes de conduzir a um ajustamento adequado aos interesses, necessidades e limitações de todos os atores interessados.

A análise dos instrumentos de direito internacional produzidos no âmbito da Organização das Nações Unidas mostra que o respeito ao direito humano à água é muito mais um costume social que uma prática a ser instituída nos moldes da maioria dos demais direitos humanos.

A adoção de procedimentos que incluem um novo nível de participação, capaz de englobar representantes de empresas e de movimentos organizados da sociedade civil, deve ser interpretada como um grande passo no sentido de atender às demandas sociais pelo estabelecimento de uma abordagem mais humanística e cooperativa da questão, sem necessariamente definir uma prática que impeça a participação da iniciativa privada.

Ainda assim, frente ao posicionamento irredutível de alguns governos em relação ao reconhecimento do direito humano à água como legítimo, e às atuais circunstâncias que levam à projeção de um cenário global cada vez mais tumultuado, dados os conflitos de uso de água, é de vital importância que se reconheça esse direito, de forma a evitar que a monetização da água consolide-se como prática excludente e leve a conflitos de uma amplitude maior que os abordados.

O estabelecimento de norma internacional clara a respeito do direito à água é essencial para conferir maior legitimidade à reivindicação de direitos por parte de comunidades e mesmo por indivíduos afetados por práticas que violem esse direito e cujos governos não possuam instrumentos jurídicos estabelecidos que permitam a judiciabilidade da causa no âmbito jurídico interno.

A relevância da institucionalização do direito humano à água e saneamento observada neste estudo demonstra sua relevância para a agenda internacional, dada a atenção que lhe vem sendo conferida. Este trabalho não esgota o assunto e nem poderia ousar se propor a tanto, mas fornece uma perspectiva do processo multilateral que se desenrola contemporaneamente.

REFERÊNCIAS

AFRICA DO SUL, **Bill of Rights**, 1996.

Alternative Water Forum, Disponível em:

http://alternatifsuforumu.org/en/index.php?option=com_frontpage&Itemid=1 Acesso em: 17 jun. 2009.

BARLOW, Maude. **Ouro Azul**. São Paulo: Makron Books, 2003.

BARLOW, Maude, **What is the Blue Planet Project?..** Disponível em:

<http://bigthink.com/maudebarlow/re-what-is-the-blue-planet-project> Acesso em: 17 jun. 2009.

BBC News, **Water Forum Declaration ‘Vague’** 23 Mar. 2003 Disponível em:

<http://news.bbc.co.uk/2/hi/science/nature/2877899.stm>, Acesso em: 17 jun. 2009.

BBC News, **Water Forum Pledges Action**. 22 Mar. 2000. Disponível em:

<http://news.bbc.co.uk/2/hi/europe/686091.stm> Acesso em: 17 jun. 2009

BLUE PLANET PROJECT, **About the Blue Planet Project**. Disponível em:

<http://www.blueplanetproject.net/about.html> Acesso em: 17 jun. 2009.

BLUE PLANET PROJECT, **Press Release**. Jan. 2007. Disponível em:

<http://www.blueplanetproject.net/resources/news/2007/24-Jan-07.html> Acesso em: 17 jun. 2009.

BLUE PLANET PROJECT, **Water is Life – A Civil Society World Water Vision for Action**. Disponível em: http://www.blueplanetproject.net/documents/Vision_03.pdf Acesso

em: 17 jun. 2009.

BRAGA, Benedito **Água, Direito Humano**. Disponível em:

http://ana.gov.br/SalaImprensa/artigos/20090421_AguaDireitoHumano.pdf Acesso em: 17 jun. 2009.

BOLÍVIA, **Constitución Política del Estado**, 2009.

BONNARDEAUX, David. **The Cochabamba "Water War"**: An Anti-Privatisation Poster Child?. Disponível em

http://www.policynetwork.net/uploaded/pdf/Cochabamba_March09.pdf Acesso em: 17 jun. 2009

BOUSTANI, F. **Sustainable Water Utilization in Arid Region of Iran by Qanats** In Proceedings Of World Academy Of Science, Engineering And Technology Volume 33 sep. 2008, p. 213-216.

CAMPANA, Michael E., **5th World Water Forum Report 2: Opening Day and Water Cannon Gala**. Disponível em: <http://aquadoc.typepad.com/waterwired/2009/03/5wwf-report-2-.html> Acesso em: 17 jun. 2009

CENTRAL COMMISSION FOR NAVIGATION ON THE RHINE. Disponível em:

<http://www.ccr-zkr.org/> Acesso em: 17 jun. 2009.

CIEL, **The 4th World Water Forum** Disponível em:

http://www.ciel.org/Tae/WW4F_Meno_Mar06.html Acesso em: 17 jun. 2009.

CLARKE, Robin, KING, Janet. **O Atlas da Água**. São Paulo: Publifolha, 2005.

CONANT, Jeff, **Of Dignity and Water and Money and Strife**. Disponível em:

<http://worldwaterforum.blogspot.com/2009/03/of-dignity-and-water-and-money-and.html>

Acesso em: 17 jun. 2009.

CONGO, República Democrática do. **Constituição**. (2005)

COUNCIL OF CANADIANS. **Press Release.** Fev. 1999. Disponível em:
<http://canadians.org/media/water/1999/09-Feb-99.html> Acesso em: 17 jun.2009.

COUNCIL OF CANADIANS. **Press Release.** Mar. 1999. Disponível em:
<http://canadians.org/media/water/1999/10-Mar-99.html> Acesso em: 17 jun.2009.

COUNCIL OF CANADIANS. **Press Release.** Ago. 1999. Disponível em:
<http://canadians.org/media/water/1999/18-Aug-99.html> Acesso em: 17 jun.2009.

COUNCIL OF CANADIANS. **Press Release.** Set. 1999. Disponível em:
<http://canadians.org/media/water/1999/19-Sept-99.html> Acesso em: 17 jun.2009.

COUNCIL OF CANADIANS. **Press Release.** Out. 1999. Disponível em:
<http://canadians.org/media/water/1999/14-Oct-99.html> Acesso em: 17 jun.2009.

COUNCIL OF CANADIANS. **Press Release.** Nov. 1999. Disponível em:
<http://canadians.org/media/water/1999/23-Nov-99.html> Acesso em: 17 jun.2009.

COUNCIL OF CANADIANS. **Press Release.** Mar. 2000. Disponível em:
<http://canadians.org/media/water/2000/15-Mar-00.html> Acesso em: 17 jun.2009.

COUNCIL OF CANADIANS. **Press Release.** Nov. 2000. Disponível em:
<http://canadians.org/media/water/2000/01-Nov-00.html> Acesso em: 17 jun.2009.

COUNCIL OF CANADIANS. **Press Release.** Mar. 2008. Disponível em:
<http://canadians.org/media/water/2008/17-Mar-08.html> Acesso em: 17 jun. 2009

COUNCIL OF CANADIANS. **Press Release.** Out. 2008. Disponível em:
<http://canadians.org/media/water/2008/21-Oct-08.html> Acesso em: 17 jun. 2009

COUNCIL OF CANADIANS. **Press Release.** Mar. 2002. Disponível em:
<http://canadians.org/media/water/2002/18-Mar-02.html> Acesso em: 17 jun. 2009

COUNCIL OF CANADIANS. **Press Release.** Ago. 2002. Disponível em:
<http://canadians.org/media/water/2002/15-Aug-02.html> Acesso em: 17 jun. 2009

COUNCIL OF CANADIANS. **Press Release.** Dec. 2003. Disponível em:
<http://canadians.org/media/water/2003/18-Dec-03.html> Acesso em: 17 jun. 2009

COUNCIL OF CANADIANS. **Press Release.** Fev. 2003. Disponível em:
<http://canadians.org/media/water/2003/17-Feb-03.html> Acesso em: 17 jun. 2009

COUNCIL OF CANADIANS. **Press Release.** Mar. 2003. Disponível em:
<http://canadians.org/media/water/2003/21-Mar-03.html> Acesso em: 17 jun. 2009

COUNCIL OF CANADIANS. **Press Release.** Mar. 2004. Disponível em:
<http://canadians.org/media/water/2004/22-Mar-04.html> Acesso em: 17 jun. 2009

COUNCIL OF CANADIANS. **Press Release.** Mar. 2006. Disponível em:
<http://canadians.org/media/water/2006/20-Mar-06.html> Acesso em: 17 jun. 2009

COUNCIL OF CANADIANS. **Press Release.** Jun. 2006. Disponível em:
<http://canadians.org/media/water/2006/12-June-06.html> Acesso em: 17 jun. 2009

COUNCIL OF CANADIANS. **Press Release.** Mar. 2007. Disponível em:
<http://canadians.org/media/water/2007/21-Mar-07.html> Acesso em: 17 jun. 2009

COUNCIL OF CANADIANS. **Press Release.** Jun. 2007. Disponível em:
<http://canadians.org/media/water/2007/01-June-07.html> Acesso em: 17 jun. 2009

COUNCIL OF CANADIANS. **Press Release.** Ago. 1999. Disponível em:
<http://canadians.org/media/water/1999/18-Aug-99.html> Acesso em: 17 jun. 2009.

COUNCIL OF CANADIANS. **Press Release.** Set. 1999. Disponível em:
<http://canadians.org/media/water/1999/19-Sept-99.html> Acesso em: 17 jun. 2009.

COUNCIL OF CANADIANS. **Press Release.** Out. 1999. Disponível em:
<http://canadians.org/media/water/1999/14-Oct-99.html> Acesso em: 17 jun. 2009.

COUNCIL OF CANADIANS. **Press Release.** Nov. 1999. Disponível em:
<http://canadians.org/media/water/1999/23-Nov-99.html> Acesso em: 17 jun.2009.

COUNCIL OF CANADIANS. **Press Release.** Mar. 2000. Disponível em:
<http://canadians.org/media/water/2000/15-Mar-00.html> Acesso em: 17 jun.2009.

COUNCIL OF CANADIANS. **Press Release.** Nov. 2000. Disponível em:
<http://canadians.org/media/water/2000/01-Nov-00.html> Acesso em: 17 jun.2009.

COUNCIL OF CANADIANS, **Press Release** Mar. 2009 Disponível em:
http://www.canadians.org/about/Maude_Barlow/UN/WaterForumMarch2009.pdf Acesso em:
17 jun. 2009.

COUNCIL OF CANADIANS. **Press Release.** Fev. 1999. Disponível em:
<http://canadians.org/media/water/1999/09-Feb-99.html> Acesso em: 17 jun.2009.

COUNCIL OF CANADIANS. **Press Release.** Mar. 1999. Disponível em:
<http://canadians.org/media/water/1999/10-Mar-99.html> Acesso em: 17 jun.2009.

COUNCIL OF CANADIANS. **Press Release.** Ago. 1999. Disponível em:
<http://canadians.org/media/water/1999/18-Aug-99.html> Acesso em: 17 jun.2009.

COUNCIL OF CANADIANS. **Press Release.** Set. 1999. Disponível em:
<http://canadians.org/media/water/1999/19-Sept-99.html> Acesso em: 17 jun.2009.

COUNCIL OF CANADIANS. **Press Release.** Out. 1999. Disponível em:
<http://canadians.org/media/water/1999/14-Oct-99.html> Acesso em: 17 jun.2009.

COUNCIL OF CANADIANS. **Press Release.** Nov. 1999. Disponível em:
<http://canadians.org/media/water/1999/23-Nov-99.html> Acesso em: 17 jun.2009.

COUNCIL OF CANADIANS. **Press Release.** Mar. 2000. Disponível em:
<http://canadians.org/media/water/2000/15-Mar-00.html> Acesso em: 17 jun.2009.

COUNCIL OF CANADIANS. **Press Release**. Nov. 2000. Disponível em:
<http://canadians.org/media/water/2000/01-Nov-00.html> Acesso em: 17 jun.2009.

COUNCIL OF CANADIANS. **Press Release**. Abr. 2009. Disponível em:
http://canadians.org/about/Maude_Barlow/UN/UNEarthDay-April09.pdf Acesso em: 17 jun.
 2009

COUNCIL OF CANADIANS, **Press Release**. Mar. 2009 Disponível em:
<http://www.blueplanetproject.net/resources/news/2009/22-Mar-09.html> Acesso em: 17 jun.
 2009.

DHARMADHIKARY, Shripad, **World Water Forums: Time to end Them**. Disponível em:
http://alternatifsuforumu.org/en/index.php?option=com_content&task=view&id=37&Itemid=32 Acesso em: 17 jun. 2009.

DIAMOND, Jared M. **Colapso**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

DUPAS, Gilberto. **Tensões Contemporâneas Entre o Público e o Privado**. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

EQUADOR, República do. **Constituição**. (1998)

ETIÓPIA, República Federal Democrática da. **Constituição**. (1998)

Folha de São Paulo, **Para vizinhos, Brasil deveria reconhecer água como direito humanos**
 Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/ambiente/ult10007u537822.shtml> Acesso
 em: 17 jun. 2009.

Fresh Water Action Network http://www.freshwateraction.net/fan/web/w/www_24_en.aspx
 Acesso em: 17 jun. 2009.

FTNG, **Shattering Consensus in Kyoto: Public Citizen's Water for All Campaign.**

Disponível em: <http://www.fntg.org/news/index.php?op=read&articleid=624> Acesso em: 17 jun. 2009.

GAMBIA, República da. **Constituição.** (1996)

GLEICK, Peter H.. The Human Right to Water. In: Pacific Institute. **Water Policy.**

Disponível em: http://www.pacinst.org/reports/basic_water_needs/human_right_to_water.pdf Acesso em: 17 jun. 2009.

GLEICK, Peter H., WOLFF, Gary, CHALECKI, Elizabeth L, REYES, Rachel. **The New Economy of Water.** Disponível em:

http://www.pacinst.org/reports/new_economy_of_water/new_economy_of_water.pdf Acesso em: 17 jun. 2009.

HACHFELD, David, THERHORST, Philipp, HOEDEMAN, Olivier. **Progressive Public Water Management in Europe.** Disponível em: [http://www.tni.org/water-](http://www.tni.org/water-docs/progressivewaterineurope.pdf)

[docs/progressivewaterineurope.pdf](http://www.tni.org/water-docs/progressivewaterineurope.pdf) Acesso em: 17 jun. 2009. p. 2.

HEATHCOTE, Isobel W. **Integrated Watershed Management: Principles and Practices.**

John Wiley and Sons, 2009 p. 2-3

HEINRICH BÖELL FOUNDATION, The, **The Heinrich Böell Foundation and its**

engagement in water activities in Mexico City in March. Disponível em: [http://boell-](http://boell-latinoamerica.org/es/web/450.html)
[latinoamerica.org/es/web/450.html](http://boell-latinoamerica.org/es/web/450.html) Acesso em: 17 jun. 2009.

HOEDMAN, Olivier, Yamamoto, Nami, **The Tide Turns – But Pro-Privatisation Currents Remain Strong.** Disponível em: <http://archive.corporateeurope.org/water/mexicocity.htm>

Acesso em: 17 jun. 2009.

HUMAN RIGHTS COUNCIL, **Report of the United Nations High Commissioner for Human Rights on the scope and content of the relevant human rights obligations related to equitable access to safe drinking water and sanitation under international human rights instruments.** Disponível em:

<http://daccessdds.un.org/doc/UNDOC/GEN/G07/136/55/PDF/G0713655.pdf?OpenElement>

Acesso em: 17 jun. 2009.

HUMAN RIGHTS COUNCIL, **Resolution 7/22, 28 mar. 2008**. Disponível em:

<http://www2.ohchr.org/english/bodies/hrcouncil/docs/7session/A-HRC-7-78.doc> Acesso em:

17 jun. 2009

IISD, **Summary of the 5th World Water Forum**. Disponível em:

<http://www.iisd.ca/ymb/water/worldwater5/html/ymbvol82num23e.html> Acesso em: 17 jun.

2009.

IISD Summary Report on the 4th World Water Forum. Disponível em:

<http://www.iisd.ca/download/pdf/sd/ymbvol82num15e.pdf> Acesso em: 17 jun. 2009.

KENDIE, Daniel. **Egypt and the Hydro-Politics of the Blue Nile River**, Northeast African Studies, Vol 6, No 1-2 (new series), p. 141-169, 1999.

LANZ, Klaus, MÜLLER, Lars, RENTSCH, Christian, SCHWARZENBACH, René. **¿De Quién es el Agua?** - Barcelona - Editorial Gustavo Gili, 2008. p. 415.

MCCAFFREY, Stephen. Water, Human Rights and Sustainable Development. **Derechos Humanos, Desarrollo Sustentable y Medio Ambiente**. San José da Costa Rica: Instituto Interamericano de Derechos Humanos, p. 99-115.

NACE, Raymond L. Man and Water. **Bulletin of the Atomic Scientists**. LOCAL, Vol. 28 Issue 3, p. 34-38, mar. 1972.

ODM BRASIL, Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Disponível em:

<http://www.odmbrasil.org.br/> Acesso em: 17 jun. 2009

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, **Comentário Geral n°15**. Disponível em:
[http://www.unhchr.ch/tbs/doc.nsf/0/a5458d1d1bbd713fc1256cc400389e94/\\$FILE/G0340229.pdf](http://www.unhchr.ch/tbs/doc.nsf/0/a5458d1d1bbd713fc1256cc400389e94/$FILE/G0340229.pdf) Acesso em: 17 jun. 2009.

PBS, **The Damned: Five Controversial Dams**. Disponível em:
<http://www.pbs.org/wnet/wideangle/episodes/the-damned/five-controversial-dams/turkey/3105/> Acesso em: 17 jun. 2009.

People's Water Forum Declaration, 2009 Disponível em:
http://www.canadians.org/water/issues/World_Water_Day/WWF_declaration.html Acesso em: 17 jun. 2009.

SALZMAN, James. Thirst: A Short History of Drinking Water. **Yale Journal of Law and the Humanities**, Vol. 17, No 3, p. 94-121, mar. 2006.

SHIVA, Vandana. **Water Wars**. - Cambridge: Southend press, 2002.

Turkey Deports Peaceful Conference Activists Disponível em:
<http://news.softpedia.com/news/Turkey-Deports-Peaceful-Conference-Activists-107052.shtml>
 Acesso em: 17 jun. 2009.

UGANDA, República da. **Constituição**. 1995

URUGUAI, República Oriental do. **Constituição** (2004)

VENEZUELA, República Bolivariana da. **Constituição**. (1999)

Water Rights Activists Blast Istanbul World Water Forum as “Corporate Trade Show to Promote Privatization” Disponível em:
http://www.democracynow.org/2009/3/23/water_rights_activists_blast_istanbul_world
 Acesso em: 17 jun. 2009.

WORLD WATER ASSESSMENT PROGRAM, **Water in a Changing World**. Disponível em: <http://www.unesco.org/water/wwap/wwdr/wwdr3/> Acesso em: 17 jun. 2009.

WORLD WATER COUNCIL, **Constitution**. Disponível em: http://worldwatercouncil.org/fileadmin/wwc/About_us/official_documents/Constitution_approved4thGA.pdf Acesso em 18 jun.2009

WORLD WATER COUNCIL, **World Water Actions Report**. <http://www.worldwatercouncil.org/index.php?id=191&L=0%22%20onfocu%20title%3D%20title%3D%20target%3D%20title%3D%20targ%20target%3D> Acesso em: 17 jun. 2009.

WORLD WATER COUNCIL, Address of Mr. Loïc Fauchon at the 4th World Water Forum opening ceremony Disponível em: http://www.worldwatercouncil.org/fileadmin/wwc/About_us/Governance/President_statement/s/Discours_en_anglais.doc Acesso em: 17 jun. 2009.

WORLD WATER FORUM **Ministerial Statement of Kyoto**, Disponível em: <http://www.mofa.go.jp/POLICY/environment/wwf/declaration.htm> Acesso em: 17 jun. 2009.

WORLD WATER FORUM, **Ministerial Declaration of Mexico City**, Disponível em: http://www.worldwatercouncil.org/fileadmin/wwc/World_Water_Forum/WWF4/declarations/Ministerial_Declaration_english.pdf Acesso em: 17 jun. 2009.

WORLD WATER FORUM, **Declaração Ministerial de Marrakesh**, 1997. Disponível em: http://worldwatercouncil.org/fileadmin/wwc/Library/Official_Declarations/Marrakech_Declaration.pdf Acesso em: 17 jun. 2009

WORLD WATER FORUM, **Declaração Ministerial de Istanbul**. Disponível em: http://www.worldwatercouncil.org/fileadmin/wwc/World_Water_Forum/WWF5/Ministerial_Statement_22_3_09.pdf Acesso em: 17 jun. 2009.

ZAMBIA, República de. **Constituição**. (1996)